

Os artigos de Lobato (1913-1923)

Thiago Alves Valente

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VALENTE, TA. *Monteiro Lobato nas páginas do jornal: um estudo dos artigos publicados em O Estado de S. Paulo (1913-1923)* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 254 p. ISBN 978-85-7983-107-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

4

OS ARTIGOS DE LOBATO (1913-1923)

*“É a humanidade rolando
De queda em queda a gemer,
E o pensamento voando,
E o coração a bater;
Do gênio augusto aos ouvidos
Mal chegam vagos ruídos,
Que soam: Deus aí vem...
Eu digo a Virgílio terno:
Foste com Dante ao inferno,
Leva-me a ele também.”*
(poema de Tobias Barreto, OESP,
23.12.1914)

Artigo de Mário Pinto Serva, texto publicado em 29 de fevereiro de 1916, à página 3, aponta como problema nacional o abuso das tarifas aduaneiras. A vida econômica, para o brasileiro, seria um “labirinto de Delfos”, tal a complicação e a falta de perspectiva. A culpa da situação estaria na administração pública: “Todos os poderes públicos no Brasil conspiraram e conspiram permanentemente para tornar impossível a vida no Brasil”. Com um custo de vida asfixiante, o brasileiro não consegue poupar ou investir – “o preço das mercadorias, entre nós, diz o dr. Assis Brasil, é sem igual no mundo”.

Qualquer investigação mais apurada, afirma Serva, revelaria atos legislativos responsáveis por tornar o Brasil a terra mais inóspita para a indústria. Lavoura nova ou indústria lucrativa seria sufocada pela máquina estatal com seus impostos absurdos. “O regime tributário, a tarifa aduaneira, a politiquice, a ignorância legislativa fizeram do Brasil um gigante totalmente paralisado em todos os seus movimentos”. A seguir, enumera comparativamente os índices de aumento no Brasil e em outros países, comparando gêneros alimentícios de primeira necessidade. Sobre isso, manifesta-se o analista indignado – “é simplesmente pavoroso” – e afirma que, desde 1869, com a tarifa Itaboraí, as taxas aduaneiras decuplicaram. Alimentação, vestuário e saúde, os índices brasileiros eram maiores mesmo quando comparados com nações cujas taxas aduaneiras fossem as mais altas, e “em todos os outros países as taxas são inferioríssimas e quase insignificantes”. É por isso, conforme notara um cônsul francês, que um trabalhador brasileiro não conseguiria viver com 500 francos, no Brasil, como um trabalhador francês que ganhasse 300 francos na França. Em qualquer outro lugar do mundo, assim, a tarifa alfandegária nesse patamar teria gerado revolta unânime a fim de se revogá-la. No Brasil, não.

“Entretanto, tudo isso entre nós se decide no segredo das comissões do Congresso Federal, ao sabor das conveniências particulares de sindicatos, companhias ou indivíduos que sabem como influir nos deputados que compõem as referidas comissões”. A apatia do povo, o fatalismo do espírito nacional perante o quadro social, incomoda Serva. Cita, para exemplificar a situação, a crise da borracha no Pará. Ali, porém, o único congresso que se reunia era o Histórico, obviamente, sem pretensão de apontar caminhos para a região empobrecida. “Em última análise, a causa de todos os males que nos afligem no Brasil é a resignação passiva, com que o povo brasileiro se submete, sem discutir nem reagir, a todos os absurdos que se lhe impõem, é o feito contemplativo, sonhador, místico da inteligência nacional”, acrescenta ainda Serva: “é a falta de senso das realidades positivas, é a ausência da energia combativa e do espírito de organização prática”, conclui.

Como é fácil perceber, o tema discutido por Serva era comum a Lobato. Não só o tema, mas posições ideológicas compartilhadas

podem ser detectadas no periódico. Ao usar a expressão “místico da inteligência nacional”, o analista dialoga com o antibacharelismo de Lobato, indicando ainda a valorização da riqueza econômica, a importância do trabalho e a praticidade característica daqueles que viam, se não nos Estados Unidos, no mundo desenvolvido em geral a fórmula aos improdutivos mecanismos estatais do Brasil.

Que um jornal cujo título fosse o nome do próprio Estado defendesse sua unidade da federação, era o previsível. Porém, a consciência de ser a unidade motriz do país e a crença no desenvolvimento econômico como propulsor de todos os outros aparecem em *O Estado* por meio de um engajamento político visível em diversas matérias dos redatores do periódico. Em 6 de janeiro de 1917, Serva vem a público com o artigo “O papel de S. Paulo”. Compreende-se que trata da situação de insatisfação nacional com o governo federal da época, a respeito da questão do elevado número de impostos como um dos pontos fortes das reivindicações dos Estados. As previsões eram as piores possíveis: “No horizonte já se desenham nitidamente as nuvens que em vendaval borrascoso podem se desencadear sobre o país”, o qual desarticulária as instituições, o crédito, o trabalho, aquilo que se concebia como vida civilizada.

Caberia a São Paulo, o Estado mais desenvolvido, “esta enorme colméia de trabalho”, “foco intenso de atividade, de luta, de coragem, de energia”, tomar a frente e conduzir o país a caminhos idôneos de prosperidade. “Entretanto, S. Paulo politicamente está acéfalo, está entregue ao acciolyismo.¹ S. Paulo é vítima, como os outros Estados,

1 “Em Alagoas, o Coronel Clodoaldo da Fonseca, envolvido mais tarde, em 1922, nas rebeliões tenentistas, substituiu o candidato da família dos Malta. No Ceará, a sucessão presidencial foi o pretexto para um confronto de grandes proporções. A oposição local – adversária da família dominante (os Acioli) – apresentou como candidato o Coronel Franco Rabelo, ligado aos militares renovadores. Os partidários dos Acioli – Pinheiro Machado – lançaram outro militar e ambas as partes se declararam vencedoras na eleição. Enquanto o Coronel Rabelo era apontado governador em Fortaleza, a maioria da Assembléia Legislativa local se transferia para o interior e aí declarava deposto o governador, entregando a chefia do Estado ao presidente da Assembléia, o médico e político do sertão Floro Bartolomeu. Este, era porta-voz de um líder carismático do interior – o famoso Padre Cícero – que mobilizou tropas sertanejas contra o candidato dos

dos mesmos vícios que gangrenam o regime”. A unidade que poderia impor a palavra de ordem, mostrar o caminho da tranquilidade, acenar com a paz e o trabalho, em suma, dominar o anarquismo e demais “extremismos” que ameaçariam a federação, não consegue aparecer como exemplo de dignidade, nobreza, elevação, civismo, compreensão do dever nacional. Ao contrário, São Paulo estaria conspirando com os “mazorqueiros” de Mato Grosso; pretenderia afogar o movimento de reação liberal no Pará; estaria se aliando, enfim, “com os piores elementos da política nacional”. Em momentos do passado histórico nacional, tão tenso quanto esse, São Paulo mostrara seu valor. Feijó restaurou a autoridade civil: “Grande pelo caráter, soberbo pela consciência do dever patriótico, imperturbável na integridade dos seus intuítos, em poucos meses a anarquia dobrava-se jugulada e vencida a seus pés, dominada pelo superior descortino do lendário paulista”. Não era essa a situação em 1917.

São Paulo não deveria servir de escada para ambiciosos políticos, mas de poder centralizador e organizador da federação. Abafar as conturbações liberais no Pará, segundo a matéria de Serva (6.1.1917), “mas não São Paulo a trair como Caim os seus irmãos para satisfazer as suas ambições, mas não São Paulo a comprar adesões mercenárias para satisfazer pretensões decrépitas, mas não São Paulo a pretender guindar este ou aquele ambicioso a esta ou aquela posição” – para fechar a indignação do articulista – “mas não São Paulo reduzido a domínido de accioly”.

Como recurso retórico, a comparação anatômica e fisiológica se faz presente para demonstrar o quanto São Paulo não representava mais dignidade e força: “é um foco de putrefação, de miasmas corruptores, de ambições famintas, de fermentações mefíticas”. Reitera os elementos necessários à salvação do Brasil, quais sejam, a integridade, a nobreza dos ideais, o estoicismo da conduta e a elevação das intenções. Qualidades que os representantes federais de São Paulo não teriam.

“salvacionistas”, avançando sobre Fortaleza. Afinal, o governo federal pôs fim à luta, com a nomeação do Coronel Setembrino de Carvalho para interventor do Ceará” (Fausto, 1977, p.406).

Concluindo: “São Paulo inteiro condena em absoluto a política tortuosa que estão fazendo os dirigentes paulistas na vida nacional”.

Diagnósticos e sugestões, como se vê, não eram marcas somente dos artigos de Lobato. É importante observar que a coesão tantas vezes anunciada pelo jornal é perceptível na articulação dos próprios escritores. Em 7 de abril de 1917, por exemplo, à página 2, aparece o texto “O problema do trigo no Brasil”, com a assinatura de Monteiro Lobato. Nele, o escritor discute o problema da falta de trigo no Brasil por ocasião de suspensão das importações correntes da Argentina. Comentam-se aspectos da alimentação humana e da cultura do trigo. O leitor é informado sobre a importância de se estabelecer uma política agrícola para o trigo, a fim de garantir o abastecimento nacional. Logo à terceira página, na coluna sobre assuntos econômicos, “P.P.”, como o articulista assina, dá continuidade ao assunto.

Corroborando a ideia lobatiana em todos os termos, o texto começa por apontar a questão da carestia do trigo no Brasil ocasionada pela contenção de exportações da Argentina. Após demonstrar por meio de dados estatísticos a produção de trigo nacional, mostra-se ao leitor a história do grão em terras brasileiras, cultura que, em vez de avançar, teve significativo recuo. Qual seria realmente o problema da produtividade brasileira quanto ao trigo? Não seria tão somente a ferrugem, como muitos poderiam imaginar, pois era possível vencê-la com a seleção das sementes, a escolha das variedades mais apropriadas e outros recursos científicos de eficácia conhecida. “Sem dúvida, a morte da nossa bem sucedida cultura do trigo foi, primeiramente, determinada por um acontecimento sociológico de magna importância.” Abrindo a terceira página da folha, o artigo procura ser esclarecedor: a questão é racial. Explica-se historicamente a modificação do hábito dos antigos portugueses de consumirem pão com o argumento da mestiçagem. Ao se misturar com os nativos ou com os africanos, o homem europeu substituiu sua alimentação, adotando cereais mais acessíveis nos trópicos. “Daí o terem-se convertido, de comedores de trigo, em comedores de milho, feijão, mandioca, etc., a datar da independência, que marca justamente em nossa história o crescente predomínio do elemento nacional”.

O segundo motivo estaria no avanço tecnológico que permitira, a partir de 1822, países europeus e também aos Estados Unidos adentrarem o território brasileiro com o trigo a preço competitivo. O texto condena a escravidão como atraso: “Vigorando entre nós a escravidão, com seus processos estúpidos e atrasados, claro está que não podíamos sustentar a concorrência com os trabalhadores livres da Europa, cuja produção barateara muito desde o começo do século décimo-nono, com o auxílio da ciência e da mecânica”. Com a entrada da Argentina no mercado do trigo, a situação se agravou para o Brasil. O vizinho que um dia importara agora vendia aos brasileiros. A matéria elogia, em seu terceiro bloco, a atitude de Candido Rodrigues, que em 1909, como secretário da agricultura, criou a Comissão de Ensaios da Cultura de Trigo, em Itapetininga, sob a direção do Sr. W. Bradford. Porém, após experiência prejudicada pela pobreza orgânica do terreno doado para os testes, o andamento dos trabalhos foi negligenciado e o investimento suspenso. Assim, enquanto São Paulo desdenhava a cientificidade do processo, o Rio Grande do Sul alcançava produções mais substanciais para índices brasileiros.

Era inconcebível a leniência do Estado de São Paulo: “Não podíamos nós, os paulistas, conseguir outro tanto? Sustentam que sim agrônomos competentes, como Gomes Carmo”. O aval da ciência é base da convicção do crítico, comprovando sua assertiva com experiência ocorrida na região da Estrada Sorocabana, “mais fria e menos chuvosa, é perfeitamente adaptável a essa cultura, de acordo com o que revelam as velhas crônicas do passado”. Se países africanos, a Mesopotâmia e a Índia eram importantes celeiros de trigo, por que não as terras paulistas? “Portanto, com melhores recursos, S. Paulo poderia restaurar em suas férteis campinas os dourados trigais de outrora, cuja messe teria assegurado um consumo anual de 200.000 toneladas”. Resolvido o problema pela experimentação, os demais acertos seriam econômicos, como a implantação de taxas aduaneiras maiores para o trigo vindo do exterior.

Como se nota, embora não cite a questão da descoberta dos processos de nitrogação das lavouras, tal como Lobato, o autor é ciente dos aspectos geográficos e biológicos que envolvem a cultura. Enfim,

completando o raciocínio lobatiano, o artigo da página três compactua com a ideia de papel propulsor que o Estado de São Paulo deve manter, especialmente quando o assunto é de importância nacional. Para isso, também utiliza a ciência como parâmetro para propor soluções e o Estado como o beneficiador máximo da produção nacional.

Coesas também são as matérias de 1918, por ocasião da campanha pelo saneamento. Embora Lobato seja lembrado como um dos próceres do movimento ao lado dos cientistas higienistas, não se deve esquecer que a campanha era de *O Estado*. Por isso, os textos estão integrados, quando não retomando em edições subsequentes o mesmo tema já tratado por outro articulista.

Ocupando mais da metade da quarta página da edição de 4 de março de 1918, “Patologia tropical” é o título da matéria na qual se transcreve conferência realizada na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, pelo Dr. Henrique Aragão, assistente do Instituto Oswaldo Cruz. Embora sejam as palavras do próprio Aragão, é importante observar alguns aspectos do texto pela importância a ele atribuída no espaço do jornal.

Antes de iniciar a exposição sobre “endabemas parasitas do intestino humano”, o conferencista justifica sua presença por convite “desvanecedor” feito pelo professor Celestino Burroul, representante do Instituto Paulista, o qual também vinha dando contribuição para as pesquisas no Rio de Janeiro com material de análise: “a maior parte do material que tive ocasião de examinar, me foi enviada do Instituto Bacteriológico desta cidade e não me furto ao prazer de assinalar a valiosa ajuda que tive dos meus colegas e amigos Drs. Theodoro Bayma, seu atual diretor, e Bruno Rangel Pestana, assistente”. Agradece ainda a alguns professores que haviam se colocado à disposição para “estudo e comparações extremamente úteis”.

Começa efetivamente a conferência publicada em 4 de março de 1918, com apresentação de dados sobre o número de doentes nos últimos anos na região paulista, frisando que os números “não exprimem a verdade completa, pois é certo, que uma porcentagem, não pequena, de casos de disenteria amébrica e suas complicações escapam forçosamente ao conhecimento oficial”. Dos relatos mais antigos sobre a doença, passa-se finalmente às considerações acerca da moléstia.

Como se nota desde o princípio, o conferencista segue um plano de desenvolvimento para sua exposição muito semelhante àquele empregado por Lobato. Explica ao leitor do que se trata a moléstia, recorre a dados históricos, aponta soluções para o país. O próprio título da matéria é comum aos redatores, lembrando que Lobato publicaria em 3 de junho de 1918 o artigo “As novas possibilidades das zonas cálidas”, no qual a questão das doenças endêmicas dos países tropicais seriam o principal assunto abordado.

“Brasil desconhecido... Brasil abandonado!” é artigo de Adalgiso Pereira, de 11 de março de 1918, à página 3. Comenta-se, no texto, relatório elaborado por Arthur Neiva e Belisário Penna como resultado da comissão enviada ao norte do país em 1912, abarcando uma região que se estendia pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul de Piauí e de norte a sul de Goiás. Segundo Pereira, o trabalho revelara um Brasil inédito, informações que retificavam obras anteriores, consideradas a versão da nacionalidade brasileira, “de que um falso conceito de patriotismo nos viera imbuindo, no correr dos tempos, a partir dos ‘Diálogos das Grandezas do Brasil’ e a desfechar no ‘Porque me ufano do meu país’”.

Abre-se a discussão polêmica sobre denegrir ou enaltecere o Brasil com as informações científicas dos pesquisadores. De acordo com Pereira, “o que há por parte deles, e, já agora, também de minha parte, ao reeditar-lhes, em rápido escorço, as observações colhidas na penosíssima excursão a que se abalançaram, é apenas desejo de focalizar a realidade”, com o intuito de se executar ações competentes.

Derrubando as mentiras nacionais, as mesmas que Lobato apontaria em “A ação de Oswaldo Cruz” (18.3.1918), o artigo destaca a miséria das populações atacadas por incontáveis moléstias. A doença encontra na ignorância popular o apoio de que precisa para permanecer em sua desastrosa evolução: “E como se defendem eles de tantos e tamanhos infortúnios? Muito simplesmente – com raspas de árvores, com mezinhas caseiras, com drogas nem sempre oportunas, e, sobretudo, com rezas e bezenduras”, ou seja, nenhum socorro da ciência para imensa parcela da população brasileira. O que falta para se modificar a situação é vontade política, pois, “desgraçadamente, porém, os poderes

públicos apenas se apercebem da existência daquele mísero rebanho humano quando se trata de cardeá-lo, de recolher os impostos com o que dessangram, e a que não deveriam ter jus”.

O relatório, contudo, não denigre os nortistas, objeto de análise dos estudos para saneamento: “tendo sempre o cuidado de sugerir o bálsamo conveniente a cada chaga que põe a descoberta”. O oásis em meio ao deserto de aflições é a obra dos dominicanos, que há vinte anos vinham “exercitando num ponto daquelas remotíssimas estâncias um ministério verdadeiramente apostólico”, relato que Lobato também registraria em “Um fato” (12.4.1918). Para se erguer uma nação, no entanto, seria preciso muito mais que ações restritas a esta ou aquela comunidade:

Que se lhes rasguem estradas, que se lhes abram escolas, que se lhes saneie o meio onde vegetam, que para esse meio se canalizem correntes imigratórias, sem dúvida tão adaptáveis a ele como a qualquer outro “habitat” – desde que definitivamente se remova a fama de infesto que malsina o clima do Norte.

Insiste o artigo, o que falta é compreensão dos governantes dos deveres que lhes caberia de socorrer ao povo, instância de sustentação do país. Com o relatório, “nem sequer poderão eles invocar, em defesa do seu ‘não-me-importismo’ em relação às zonas assoladas, a ignorância – fresca defesa! – do que nelas ocorre”. Pôr as coisas às claras seria o primeiro passo para o doente sarar – tal como apontaria Lobato em “Primeiro passo” (5.4.1918) – denunciando a existência de um Brasil enfermo, “de um Brasil analfabeto, de um Brasil sem estradas, de um Brasil desarvorado para a conquista do futuro, de um Brasil abandonado, em suma, aos seus próprios destinos, que muito longe estão de vir a confirmar as nossas esperanças”, a não ser que o governo se voltasse seriamente ao problema, “no sincero, e patriótico, e redentor intento de reerguê-lo do marasmo que o consome...”. Estar abandonado era o mesmo que estar nas mãos dos coronéis locais, do “aciolismo”, sinônimo de uma administração tacanha, preocupada apenas com a manutenção dos poderes regionais.

As correlações, porém, não se fazem somente em artigos. Resenhas de obras também podem destacar opiniões complementares, como no caso de livros científicos. Sob o título “Dois livros de ciência”, Oliveira Lima apresenta as resenhas de *Rondônia*, de Roquette Pinto, e *Saneamento do Brasil*, de Belisário Penna, com apreciação crítica das respectivas obras na terceira página da edição de *O Estado* de 7 de abril de 1918. Inicia-se o texto pelo esclarecimento do que seja “Rondônia”. Tal como outros exploradores que atribuíram importantes nomes aos locais descobertos, o pesquisador da antropologia e da etnografia do Museu Nacional desejava fazer o nome do Marechal Rondon lembrado como localização de uma região brasileira. Lima afirma que o proponente justificava o título da nova região por esta ter elementos geológicos, etnológicos, zoológicos e botânicos característicos de uma área antropogeográfica.

O autor do livro não seria somente um homem de ciência, mas também um moralista. Ao confrontar os homens do presente com os antepassados, Roquette Pinto demonstra a relatividade da superioridade daquele que se diz civilizado. “Isto, no entender do sr. Roquette Pinto, porque o homem, tendo aperfeiçoado tudo, se esqueceu de aperfeiçoar-se a si mesmo.” Porém, ao contrário disso, Rondon, homenageado pelas pesquisas do etnógrafo, era um homem superior, “o coronel Rondon por uma questão de temperamento e de religiosidade mais do que de raça, quer que a civilização se faça pela brandura”.

Moralista também seria a obra de Belisário Penna, dado seu apelo aos poderes públicos e à iniciativa particular em todo o país para o saneamento do Brasil como condição fundamental para a prosperidade da nação. “Expondo a situação atual de doença e miséria do povo brasileiro, a grande massa que se não é nervo é o sangue da nação, ele explica as causas das endemias reinantes para fazer valer o recurso da higiene e a tal propósito entra nas considerações mais interessantes”, pelas quais apresenta questões das condições políticas e sociais brasileiras. É assim que, para exemplificar, é citado o capítulo V, o qual aborda os problemas históricos de constituição social a partir de uma análise de moldes fisiológicos, pela qual o leitor é informado do motivo do raquitismo nacional.

“É um livro de ciência este ao alcance de todos pela clareza e lucidez da exposição e ao mesmo tempo um livro de doutrina, no qual se ensina a higiene social, além da higiene física.” Expor, pois, o estado real da população, apesar daqueles que se colocavam contra o estudo, acusando-o de antipatriótico, é o verdadeiro patriotismo, o qual “não consiste em esconder as faltas e as misérias, os aleijões da natureza ou os aleijões morais: consiste, sim, em expor uns e condenar outros”. A preocupação com o que pensaria o estrangeiro não deveria mover os cidadãos à apologia do silêncio. Uma vez que visse por si mesmo, o estrangeiro também saberia distinguir “entre a gente de bem e a gente sem vergonha. Basta falar com algum que se queira manifestar com menos reticências”. O livro de Penna deveria circular pelas mãos de todos os que desejassem alterar um quadro em que o povo produz um terço do que poderia, ou seja, “ficando os valores perdidos representados pela cifra formidável de quatro milhões de braços”, a população ativa do Brasil. Segundo o autor, o último capítulo da primeira parte da obra, “Ferro em brasa”, indica a função que o texto haveria de ter: “Se não queimar é porque se foi de todo a sensibilidade do pudor cívico”. O desenvolvimento apresenta-se, portanto, como um imperativo moral para a nação, ainda que essa moralidade fosse a visão de mundo estabelecida conforme as diretrizes traçadas nas redações de *O Estado* para todo o Brasil.

De modo geral, nesse texto estão expostas ideias desenvolvidas por Lobato ao longo da série iniciada em 18 de março e finalizada em 3 de junho de 1918. Sobre Rondônia, o enaltecimento da figura do pesquisador, bem como da importância da ciência, dialoga com as ideias de Lobato que viriam a público com os artigos “Rondônia – visão do futuro e do passado (I)” e “Rondônia (II)”, respectivamente de 19 e 23 de abril de 1918. Embora sem a narrativa empolgante da expedição como faria Lobato, o texto de Oliveira Lima quer informar ao leitor a importância das obras, as quais, longe da literatura, poderiam trazer a realidade do interior aos litorâneos acostumados com o discurso cor-de-rosa oficial. Nota-se, mais uma vez, mesmo quando não se referenciavam explicitamente, que as matérias jornalísticas elegiam focos, como em todo veículo midiático, condizentes com as posturas defendidas pelo jornal em termos de saneamento e higiene.

Matéria de 18 de março do mesmo ano, à página 4, precedida por timbre da “Fundação Rockefeller”, intitulada “A luta contra a ancilostomose”, compõe-se das seguintes partes: uma introdução, na qual se anuncia que no dia anterior, 17 de março, realizara-se a inauguração do primeiro posto profilático no Estado de São Paulo, em Guarulhos, comentando-se também a importância da comissão americana no Brasil; “Partida para Guarulhos”, enumerando as personalidades que acompanharam a comissão; “A chegada”, contando a recepção em Guarulhos; “O posto e a sua organização”, localização, instalações e organização dos serviços; “A cerimônia inaugural”, com transcrição do discurso do Sr. Ovídio Pires de Campos, presidente da Sociedade de Medicina; “O Sr. Vigário de Guarulhos”, “O Sr. Arnaldo Vieira de Carvalho”, “Sr. Dr. Arthur Neiva” e “O Sr. Dr. Vital Brasil”, com suas respectivas homenagens e exposições sobre a questão da saúde pública paulista.

Percebem-se, nas várias vozes, os elogios sem reserva aos Estados Unidos, bem como à Fundação Rockefeller. Sucintamente, Arthur Neiva enaltece a missão contra doença tão alastrada no mundo, sem, no entanto, entrar por questões de caráter político, como fizera Arnaldo de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo. De modo geral, é uma matéria extensa, demonstrando a importância dada pelo jornal ao tipo de ação social registrada, no caso, a luta contra a primeira moléstia denunciada na série de artigos produzida por Lobato, a ancilostomose. Mais uma vez, parte de São Paulo a liderança numa campanha que justamente buscava formar líderes na área da saúde para o combate às epidemias e endemias ao redor do mundo.²

2 No site oficial da Fundação Rockefeller, o registro da história institucional apresenta 1918 com referência à preocupação da instituição de formar líderes de saúde (health leaders) nos Estados Unidos. A premissa aplica-se à forma de expansão do projeto, aliando-se a agências promotoras de políticas sociais, com sustentação de importantes representantes da ciência de países receptores, como ocorre no Brasil: “Because the Foundation’s successful hookworm campaign reveals the urgency for trained public health leaders, RF identifies public health education as one of its principal areas of interest, and builds and endows the first school of public health at Johns Hopkins University. Foundation President George E. Vincent calls it ‘the West Point of public health’.” Na página também registra-se, sobre o ano 1919,

Outro texto de Serva, em 30 de abril de 1918, à página 2, intitula-se “Nova literatura”. Afirmo o articulista que havia “uma sede intensa de uma outra literatura, em que o pensamento forte, construtor, criador” representasse o início de uma nova era. Na verdade, pedia-se não literatura, mas o engajamento dos intelectuais em obras que estudassem o Brasil.

Para pedir isso, porém, Serva acaba por enveredar pela discussão literária concebendo “tudo” como literatura: “O homem de ciência não é otimista nem pessimista: é realista. Ele deve colocar-se diante do organismo social na mesma atitude mental em que o químico se coloca para observação dos fenômenos dos corpos simples ou da ação molecular duns sobre os outros”. A assertiva que poderia ser compreendida como manifestação tardia de estéticas do século XIX é ressalvada pela expressão inicial: “o homem de ciência”. Evidentemente, apesar de não distinguir o que é literário ou não, o texto tem como objetivo despertar os cientistas e pretensos candidatos à carreira de pesquisa nas diversas ciências para a realidade brasileira, uma vez que uma nação “é um corpo coletivo consciente, tendo uma vontade própria, uma ação orientada, movimentos orgânicos em que cooperam todas as partes do todo”. A falta de dados sobre o país é gritante.

Nenhum administrador público tinha sequer a noção de quantos habitavam o território nacional, a capital, os Estados: “é essa literatura realista, fundada no estudo dos nossos fatos, impregnada de verdade e de sinceridade, colimando construir o nosso ambiente social, objetivando um alto ideal humano, – que nos cumpre ora realizar no Brasil”. O grande serviço que se esperava da literatura brasileira era “trabalhar para melhorar as condições de vida dos brasileiros, homens, mulheres

o estabelecimento das Divisões de Educação Médica pelas diversas regiões sob o espectro da influência americana, como o Brasil: “RF establishes a Division of Medical Education to help “strategically placed medical schools in various parts of the world to increase their resources and to improve their teaching and research.” Grants to medical schools follow in England, France, Belgium, Brazil, Southeast Asia, Canada, the South Pacific and other areas”. The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation Timeline. Disponível em: http://www.rockfound.org/about_us/history/1913_1919.shtml. Acesso em: 8 jun. 2009.

ou crianças que vivem miserrimamente sob as acintilações do Cruzeiro do Sul, e que nós como nacionalidade, abandonamos, aos milhões, no fundo dos ínvios sertões, sem instrução, sem higiene”. Um homem sem o amparo do saber científico, “sem nada do que a civilização e a ciência pródiga aos outros povos”.

Não se trata, pois, de literatura, mas de empenho patriótico: “o bem estar, a saúde, o vigor e a cultura do homem brasileiro – eis o que deve constituir o objetivo da nossa literatura, da nossa ciência, do nosso patriotismo”. Na sequência, Serva faz um exercício imaginativo com o leitor: como seria o tipo representativo, a síntese geral do brasileiro? A descrição em nada foge ao jeca lobatiano: “É certamente um caboclo analfabeto, rude, ignorante, inculto, vivendo indigentemente num rancho de palha, paupérrimo em meio à natureza mais rica e cujas aspirações se resumem no feijão, na viola e na cachaça”. O Jeca é reeditado com todos os matizes que lhe dera Lobato, em 1914.

É de Adalgiso Pereira o artigo “O grande opilado”, de 24 de junho de 1918, texto em que compara o desenvolvimento de Minas Gerais com o Rio Grande do Sul, na verdade, mais um estudo de Belisário Penna, o qual “lança mão de um expediente que não dá margem a sofisticções: o de confrontar a situação geral do Rio Grande do Sul, onde impera a saúde, com a de Minas, onde reina a doença”. Com esse contraste, o autor apresenta estatísticas demonstrando como a arrecadação dos dois Estados se diferenciavam, mediante a baixa produtiva da unidade do Sudeste. Eram municípios de pilhéria, os mineiros, segundo Pereira, “mas de pilhéria trágica!”, porque os valores de um povo iriam água abaixo pelo dessangramento da sua economia, “em benefício de algumas dezenas de coronelões analfabetos, cuja preocupação exclusiva consiste na conservação a todo o transe do ridículo penacho”.

Num quadro tenebroso de pobreza, os salários também eram os mais baixos. Por quê? Pergunta retórica que o texto responde em relação ao Sul: “porque ali é muito mais produtivo o trabalho”, e assim seria, porque o sulista tinha excelente alimentação e saúde, aspectos ausentes do mineiro. Acusa-se, ainda, o governo de Minas de ter fugido aos compromissos do Convênio de Taubaté, o que sobrecarregaria ainda mais o produtor de café daquela região. Como que o povo poderia

reagir? De um lado as doenças, de outro os políticos: “Como reagir, se, de um lado, lhe sugam a vitalidade o impaludismo, a ancilostomose, a moléstia de Chagas; do outro, tão nocivos como esses flagelos, os insaciáveis hematófagos da politicalha triunfante?”.

As referências ao universo biológico não restringem *O Estado* quanto às manifestações culturais não balizadas pelas ciências naturais. Ao contrário, divulgavam e valorizavam as realizações culturais urbanas, até mesmo abrindo espaço para instituições envolvidas com a educação e cultura. Sob a epígrafe da Sociedade de Cultura Artística, por exemplo, lê-se texto intitulado “Tobias Barreto”, ocupando a maior parte da terceira página da edição de 23 de dezembro de 1914. É uma transcrição de conferência realizada no dia anterior, 22 de dezembro: “A Sociedade de Cultura Artística é uma evocadora do passado literário. Obedecendo ao seu chamado venho dizer sobre a mensagem de Tobias Barreto”. Quem fora Tobias Barreto?³ Responde o artigo: “Trata-se de uma personalidade complexa de poeta, escritor e polemista; crítico, jurista e filósofo, e a quem, sem embargo de seus dons variados, ou talvez por isso, as honras e o pão escassearam”. Explica-se a penúria do poeta: “Talvez por isso. As sociedades incipientes, as civilizações embrionárias não comportam culminâncias. São vozes no deserto; sons que passam sem ouvido onde ressoem; luzes que as trevas não compreendem. Seres mal adaptados que levantaram o vôo num ambiente de reptantes”. As palavras do texto aproximam-se da literatura, estilizadas de modo a comprovar a intelectualidade brilhante

3 A página do site educativo do UOL registra o verbete “Tobias Barreto” segundo a Enciclopédia Mirador: “Eclético e espiritualista de 1861 a 1868, como comprovam alguns ensaios seus desse último ano, rompe Tobias Barreto com essas doutrinas no ano seguinte, sob a influência do positivismo de Comte e Littré. Mas não se demora no positivismo comtista, deixando-se empolgar pelas teorias de Darwin e Haeckel. Monista, evolucionista, de certa forma agnóstico, não chega contudo a perder a fé em Deus, embora negue à teologia e à teodiceia a categoria de ciências, o que lhe valeu sérias polémicas com padres e outros representantes do pensamento católico. Tobias Barreto prega uma nova metafísica, baseada na experiência e na necessidade da religião para o homem”. UOL Educação. Biografias. Tobias Barreto. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/tobias-barreto.jhtm>. Acesso em: 8 jun. 2009.

de Barreto – “Porque lhe foi escasso o pão, a caridade o socorreu em seus últimos dias. Isso dizendo, tenho dito o episódio saliente de sua vida e já lhe ponho à margem a biografia, quase incolor nesse esforço inútil de levantar o nível intelectual de seu tempo”. Para comprovar o quanto o poeta era profícuo, registram-se no corpo da matéria alguns poemas, seguidos de análises interpretativas.

Enveredando pelo terreno da arte, a exposição de José Wash Rodrigues, evento ao qual Lobato dedicara o artigo “A propósito de Wash Rodrigues” (9.1.1916), publica-se em 16 de janeiro de 1916 matéria na seção “Artes e Artistas”, na página 4 daquele dia. O texto afirma dar continuidade à visita da exposição do pintor. Cita os quadros “A paisagem” e “Cozinha antiga”, analisando seus elementos constitutivos. Enaltece o pintor, afirmando que “ainda aqui se mostra Wash Rodrigues exímio na perspectiva aérea; mas esse trabalho demonstra também a opulência da palheta do pintor paulista, principalmente na parte do fundo em que o artista reproduz uma velha chaminé”, sobre a qual se destacam vasos e artefatos de diversas formas e materiais – “toda essa parte é um pedaço de boa pintura pastosa e gorda, sentida e magistralmente posta na tela”. Levando o olhar do leitor para a “parede fronteira”, aborda as paisagens europeias do artista.

Embora o intuito seja dar apenas ligeira impressão, afirma-se no texto, o crítico detém-se sobre o quadro “Estudo da feira”. A respeito dessa obra, a frase é elogiosa: “o pintor paulista atinge aqui o máximo da sua técnica, conseguindo apanhar, em flagrante, com uma segurança notável, uma movimentada cena da vida parisiense, em que numerosas figuras se movem rapidamente numa agitação festiva”. É uma feliz composição do primeiro plano, o que bastaria para indicar o valor do artista. Mas, “todo o quadro está igualmente executado, com franqueza”.

Na sequência, o artigo remete o leitor a texto anterior, ou textos anteriormente publicados na folha por ocasião da partida do pintor para a Europa, com subvenção do Estado. Retoma, então, o que Lobato havia defendido no artigo sobre Wash, isto é, a ideia de que, antes da Europa, o artista tivesse estada na Escola Nacional de Belas Artes do Rio, “como educação preparatória para os centros artísticos do Velho Mundo e como

meio de evitar a completa desnacionalização do artista, atirado subitamente da sua pequena cidade natal num grande meio europeu”.

Apesar de Wash Rodrigues não se ter deixado “desnacionalizar”, o comentário continuaria válido. No ponto em que estava o artista, necessário era continuar com o subsídio, apesar dos recursos mais restritos. “O Estado que protegeu Wash Rodrigues está na obrigação de ampará-lo agora, momento decisivo de sua carreira artística. Abandoná-lo será uma injustiça; injustiça cruel que atinge às raízes da inteligência”. Investir no pintor era a certeza de formação de um bom artista. A saída seria alterar o formato de distribuição e manutenção do pensionato; ou dividir igualmente entre todos os contemplados recursos que permitissem a continuidade dos estudos, ou realizar concurso para os candidatos à pensão, “com normas severas e julgamento insuspeito”. Concurso público, sem indicação de partidários dentro do governo.

Enfim, “seja qual for a solução governista, não acreditamos que ele sacrifique o belo talento de Wash Rodrigues a uma economia ridícula de algumas centenas de francos ou a pequeninos interesses pessoais em jogo na utilização da verba do pensionato”. O texto, sem assinatura, não é editorial, porém, não se resguarda para evitar ser uma opinião de *O Estado*; caso fosse essa a preocupação, não deixaria marcas tão evidentes de “nossa” opinião: “Folgamos em registrá-lo agora, tanto mais que por ocasião da sua partida para a Europa, como pensionista, reconhecendo embora o seu valor fora do comum, sustentamos a conveniência de fazê-lo passar antes pela escola do Rio”.

Da mesma forma, o jornal comenta a exposição do casal Lucílio e Georgina Albuquerque em matéria de 29 de fevereiro de 1916, à quarta página, na coluna “Artes e Artistas”. “É cada vez mais vivo o interesse do nosso público pela exposição do reputado pintor Lucílio de Albuquerque, professor da Escola Nacional de Belas Artes, e de sua exma. esposa a distinta paulista d. Georgina de Albuquerque”. De acordo com o jornal, o pintor trouxera para a exposição, além de várias paisagens, dois grandes quadros: “Mãe preta” e “Sóis-mares”. Descrevem-se, então, os quadros, realizando-se análise crítica de seus elementos. Sobre o primeiro, o veredicto é o seguinte: “A figura está

admiravelmente desenhada e numa ‘pose’ magistralmente conseguida, fazendo vergar ao peso do corpo a rede esticada nos ganchos”.

Mais: “Se acrescentarmos que a fatura é de mestre, a cor justa, a figura perfeitamente ambientada e que no rosto se concentra a expressão de pensamentos distantes que os olhos parecem acompanhar, concluiremos que a obra honra o conceituado artista” e, para enaltecimento geral, “a arte brasileira”. Quanto ao segundo, que não é inferior, afirma-se que é “um quadro simbólico, tal é o espírito de síntese que presidiu a sua composição e a simplicidade intencional com que foi executado. É digno de um museu”.

A cara-metade do pintor, D. Georgina de Albuquerque, não seria inferior ao marido. Ressalta-se o quadro “Bolhas de sabão” como uma fatura “muito espontânea e larga”. Mas é com uma bela paisagem – o crítico aqui se declara sem condições de citar o número da tela ou nome da obra – em que aparecem grupos de árvores, rios, colinas distantes, que a pintora demonstra seu melhor talento. “Tudo denota neste quadro uma observação acurada, uma sensibilidade nada vulgar e uma técnica primorosa”. Além disso, a pintora também é caracterizada como excelente aquarelista. Encerrando a matéria, no último parágrafo, o texto indica personalidades que estiveram na galeria. Nomes e sobrenomes da alta sociedade paulistana das primeiras décadas do século XX. A obra do casal seria objeto de análise por Lobato três anos depois, em 25 de fevereiro de 1919, por ocasião de exposição realizada em São Paulo. Nesse artigo, o escritor desenvolveria muitas das ideias anunciadas brevemente na matéria de 1916: desenho, cor, natureza brasileira, arte nacional.

Diante dessas matérias, é possível afirmar que as escolhas temáticas do jornal, a pauta, manifestava-se como ênfase na ciência e em seus benefícios para a vida humana em geral; credibilidade ao desenvolvimento de recursos científicos para progresso da economia brasileira; educação em massa por meio da informação; ensino voltado para a mão de obra técnica; literatura e artes sem ranços bacharelescos. Quanto à linguagem, embora cada autor fizesse uso de seu “estilo pessoal”, como defendia Lobato, a ironia foi uma das armas mais colocadas em campo pela folha.

Um artigo de 29 de novembro de 1916, por exemplo, publicado à página 3, assinado por “S.”, “Mal sem remédio” – seção “O que há

de novo” – resume-se assim: “Em torno da situação do Amazonas – O parecer do Sr. Mello Franco e a providência do arquivamento – O voto em separado do Sr. Prudente de Moraes – A conclusão do Sr. Moacyr – Decisão que nada decide”. Como se nota pela última frase, o articulista anuncia desde o início sua visão mais criteriosa sobre o debate político em questão.

Segundo o autor, o problema da situação constitucional do Amazonas como unidade da federação “produziu, em debates parlamentares, muito mais do que prometia”, ainda “proporcionou, além disso, pelo valor dos oradores que levou à tribuna, duas sessões muito interessantes e animadas”. Podem-se entender os dois últimos termos não como elogios, antes como depreciação: “O Sr. Barbosa Lima, como o Sr. Pedro Moacyr, fizeram uma crítica muito oportuna do estranho parecer com que aquela ilustre comissão entende pôr um remate à questão”. Narrando alguns fatos do caso e ironizando as atitudes dos parlamentares, “S.” não poupa nem situação nem oposição do ridículo e da incompetência.

Uma atuação jornalística comum a Lobato, típico de escritores que se mostravam ao público como legítimos portadores de um projeto viável e desejável para o país, ainda que isso significasse citar nominalmente este ou aquele político, artista ou intelectual, sem reservas. Ou melhor, com reservas: os ataques também mostravam-se, obviamente, coesos com as diretrizes ideológicas do jornal. Os comentários pessoais de Lobato sobre a sisudez de *O Estado* possivelmente estivessem mais no âmbito da polidez da linguagem que em relação a ataques e defesas mais acaloradas sobre temas considerados relevantes.

Afinal, como se explicariam respostas tão diretas a questões públicas como aquelas produzidas por Lobato serem divulgadas em páginas tão sérias, como as de *O Estado*, se esse não permitisse nenhum tipo de posicionamento mais exaltado?

A fisiologia dos artigos lobatianos

“Entre duas crises” (30.10.1913), primeiro artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*, traz ao leitor as crises econômicas enfrentadas pelo

país. Para explicar o processo, Lobato traduz as questões financeiras por imagens do corpo humano: “‘Enriqueceu-se à larga’ – da riqueza balofa dos encilhamentos, a qual está para a verdadeira riqueza como, no indivíduo, a gordura natural para a inchação doentia”.

O funcionamento do corpo humano, sua fisiologia, oferece ao escritor uma forma de se fazer compreendido pela massa de leitores, possivelmente também confusos com os termos técnicos de uma economia em efervescente crise: “Os bancos, aparelhos reguladores da circulação, multiplicadores da moeda, emissores da moeda-crédito, fogem à sua missão repentinamente, trancam os postigos, escorraçam o freguês que só ali poderia encontrar a salvação”. Soando a hora terrível do liquidar, “a fauna da prosperidade – empresa, companhia, casa, firmas individuais – nascida e crescida nos dias de plethora como produtos lógicos e espontâneos da inflação do crédito e por ele vitalizados ficticiamente”, adoece, “suprimindo-se-lhe o elemento vital, cessando portanto a hematose do sangue operada pelas correntes do oxigênio-crédito”.

As referências ao mundo natural, ao funcionamento do corpo humano, bem como a valorização do saber científico são características perceptíveis nos artigos produzidos entre 1913 e 1923.

Se não o mais conhecido, ao menos um dos mais citados, o artigo “Uma velha praga” (12.11.1914) marca-se pela metáfora do caboclo como uma praga na roça. Embora se possa entender como velha praga a prática das queimadas, o parasita nomeado explicitamente não é o fogo, mas seu causador. A metáfora de Lobato serve oportunamente ao rebaixamento do caboclo, do Jeca improdutivo, comparando-o a um piolho da terra, mais especificamente ao *sarcoptes mutans*, conhecida doença das pernas das aves; mas para o caso, seria mais conveniente classificá-lo como *porrigo decalvans*, parasita causador da calvície. Isso porque onde quer que o caboclo aparecesse iria a terra “despojando de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalsvada”.

No texto, frisa-se bem quem é a praga: “este funesto parasita é o caboclo, espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela, na sua penumbra”.

Em “Urupês” (23.12.1914), reedita-se a figura do caboclo inepto para qualquer trabalho na versão de indígena brasileiro: “contrapôs-

lhe a cruel etnologia do sertanista um selvagem real, feio e brutesco, anguloso e covarde, traiçoeiro e ruim, tão incapaz muscularmente de arrancar uma palmeira, como incapaz moralmente de amar Ceci”.

O pior da raça, ou da espécie, porém, está na involução do homem representado pelo cruzamento, “metida de permissão entre o europeu transplantado, criador de artes e indústrias, e o selvagem de taboinhas no beijo, uma existe a vegetar de côcoras, insensível ao evoluir circunvolvente”. Nada o poria de pé, declara o artigo. Nem mesmo os lances mais importantes da história nacional, a independência ou a proclamação de uma república não representavam coisa alguma ao caboclo.

A metáfora do parasita dá o mote do texto, pois, “quando Jeca Tatu piraquara do Paraíba e maravilhoso epítome de carne onde se resumem todos os caracteres típicos da raça”, fala com o fazendeiro, tem necessariamente de se acocorar. Explicação para isso? Possivelmente o meio ambiente, não haveria outro elemento que explicasse tamanha diferenciação entre os homens.

Aliás, é importante notar que entre o artigo de 1914 e a série de textos publicados posteriormente como *Problema vital* (1918) existe uma estreita correspondência entre o que Lobato aponta como causa do fracasso da espécie humana no Jeca – a mandioca, o milho e a cana –, produtos para os quais o mínimo esforço permitia que deles se sustentasse, e seu esclarecimento a respeito da pobreza dos trópicos, como se lê em “Saneamento e higiene – as novas possibilidades das zonas cálidas” (3.6.1918). “O problema põe-se nestes termos: é nas zonas tropicais que a vida, já animal, já vegetal, evolui para as formas mais altas. Esta regra, entretanto, falha com relação ao homem.”

A justificativa estaria não no proveito tirado dos alimentos citados em 1914, mas na falta de resistência desse homem, nem índio, nem branco, nem negro, aos parasitas do novo continente. Apesar do vocabulário científico, é visível que os textos se distanciam justamente quanto à cientificidade do que dizem. No primeiro, o Jeca é julgado e condenado sem maiores reservas por sua preguiça e indolência. Em “Uma velha praga”, Lobato não poupa a família do sertanejo, parasitas igualmente: “Chegam silenciosamente, ele e a ‘sarcopta’ esposa, com um filhote ao peito, outro à aurela da saia, já de pito na boca e faca à

cinta”. O caboclo é, efetivamente, rebaixado a um estado de sub-raça, “o caboclo é uma quantidade negativa”. Era coerente, portanto, que em “Urupês” a ideia fosse reforçada via comparação: “O vigor das raças humanas está na razão inversa da hostilidade ambiente. Se o holandês extraiu a Holanda, essa jóia do esforço, de um brejo salgado, à força de estacas e diques, é que nada ali o favorecia”.

Para corroborar seu ponto de vista, Lobato busca acertar o cerne de uma das bases de organização da vida cotidiana da população mais pobre, o “saber popular”. Aquilo que não vinha chancelado pelo laboratório, não serviria para ninguém. A descrição de como os caboclos tratam seus doentes evidencia isso:

Doenças haja que remédios não faltam.

Para bronquites é um porrete cuspir o doente na boca de um peixe vivo e soltá-lo: o mal vai-se com ele água abaixo. Para “quebranto dos ossos” já não é tão simples a medicação. Tomam-se três contas de rosário de capiá, três brotos de alecrim, três de lima de bico, três folhas de palma benta, três galinhos de arruda, três ovos de pata preta “com a casca” (sem ela desanda) e um saquinho de picumam; meta-se tudo numa gamela d’água e banhe-se o doente fazendo-o tragar preliminarmente três goles de zurrapa. É infalível. O específico da brotoeja consiste em cozimento de beijo de pote, para lavagens, (razão de só se encontrarem na roça potes esbeçados). Ainda há aí um pormenor de monta: é mister que antes de usar o banho a mãe do doente molhe nele a ponta da sua trança. As brotoejas saram como de encanto.

Os costumes ou as tradições são colocados em descrédito por meio do ridículo: “todos os volumes do Larousse não bastariam para catalogar suas crendices, e como não há linhas divisórias entre esta epilepsia imaginativa e a religião confundem-se ambas em terrível anastomose”. Para convencer o leitor, era preciso romper com as ideias mais comuns sobre a legitimidade do “ser brasileiro”. Uma identidade que, pensada de determinado modo até ali – o modo idealizado, acusava Lobato – deveria ceder espaço à verdade do que era o homem brasileiro.

Assim, em “Urupês”, antes de usar a metáfora do fungo como imagem do sub-homem de cócoras a modorrar, Lobato ataca as repre-

sentações mais pertinentes ao leitor comum: a comida, o vestuário, a modinha brasileira. “Dirão: e a modinha brasileira? A modinha como as demais manifestações de arte popular é obra exclusiva do mulato, no qual borbulha o sangue europeu, rico de atavismos estéticos, sobre a imprimadura selvagem, alegre e sã do negro”. O caboclo não teria alegria, ser soturno que não cantaria senão rezas lúgubres; não dançaria senão o batuque monótono; não esculpiria o cabo das facas como o Rabila, não comporia suas canções como o felá no Nilo: “triste como o curiango, nem sequer assobia”.

No evoluir da espécie, Jeca também era uma quantidade negativa. Não trazia em si, como se vê, nem traços remotos de energia selvagem, nem habilidades mais simples do homem das cavernas. Lobato, porém, tentaria recuperar o caboclo por dentro. Primeiro, não com remédios, mas com a descoberta do que seria legitimamente brasileiro, em contraposição às influências exteriores, especialmente francesas.

Para tratar do ideário característico do Brasil, “Como se formam lendas” (16.2.1915) tenta explicar ao leitor o surgimento das lendas. Para executar seu intento, a figura da semente brotando aparece para socorrer o escritor: as primeiras manifestações da civilização no planalto asiático haviam saído de uma “seiva eterna”, um “cotilédone” de onde, infelizmente, explodia no momento “suprema floração de sangue”. Bebendo no lendário heleno, o “velho tronco” nunca cessou de “rebentar vergôntes, viçosas nas Renascenças, bichadas nas Decadências”. A poesia em terras americanas, onde a natureza virginal induziria o fazer poético “de uma arte autóctone sem placentas no acervo clássico não se forra de tecer florituras e farfalhar variações sobre os velhos temas lendários gisados na pátria do Ritmo”.

Somente terreno fértil poderia produzir cultura como a grega: “Lá no ubertoso alfobre se geraram na ação lenta do polipeiro entorno dum ponto de pega inicial”. O texto continua com outra metáfora, o pólip: “Como no polipeiro, pelo vagaroso acamar dos exudados calcários emergem do oceano grandes liames de coral, os exudados poéticos da imaginação coletiva se vão consolidando nas grandes lendas da humanidade, catedrais de vidro, sonho que se chamam Olimpo, Niebelungen, ou Vedas”. O povo, ao se apropriar dessas imagens

lendárias, faz o papel de uma “árvore de coral” que dissemina pela terra pedacinhos de si mesmo.

O artigo posterior, contudo, deixa aflorar uma voz muito mais crítica em relação à humanidade, entendendo-se essa justamente como a humanidade mais evoluída. Um ataque, em boa medida, à própria racionalidade e civilidade, conceitos que se traíam diante da realidade vivenciada pelo escritor. Para alcançar a ironia do artigo, a fisiologia daria contribuição importante para o texto publicado na primeira quinzena de abril, “A hostefagia” (11.4.1915). Com o intuito certo de surpreender o leitor com uma tese original, pelo menos ao senso comum dos cidadãos bombardeados dia a dia com as atrocidades do conflito na Europa, o artigo inicia-se com uma versão da história da guerra, a que colocaria Caim como o primeiro homicida. A partir daí, o texto leva o leitor por uma argumentação na qual encontra a defesa de que o herói guerreiro é o verdadeiro herói. Tão importante que, diante dele, o homem de ciência desapareceria. “Onde a estátua, ou lápide sequer comemorativa do inventor do tear? Desse, a cujas noites de insônia alternadas a dias de labor paciente deve a frágil nudez do corpo humano os tecidos que a resguardam da hostilidade ambiente, quem lhe venera o nome?”

O herói bélico, porém, por todos é conhecido, até mesmo pelas crianças da escola, que não esquecem seu nome. E se não pode vencê-la em importância, a ciência contribuiria com a guerra de modo eficiente: a guerra atual mostrava como era “compatível com a civilização” e dela sofria “influxos unicamente no sentido de modificar-se por influência das maravilhas saídas do laboratório, nunca, porém, de extinguir-se”. Seria a evolução, consequência natural do desenvolvimento da espécie. Para brasileiros desacostumados com o trabalho guerreiro, o domínio seria consequência inevitável: “A nós brasileiros nada escasseia mais que o sentimento belicoso. O pacifismo edulcorado da alma nacional é pura covardia num planeta destes. Talvez ali na Lua conviesse tal meiguice de ovelhas”. Não só ovelhas, “boi de corte” em direção ao abate.

Programa salutar ao Brasil seria despertar sua belaciedade. “Espicaçá-lo, espertá-lo, alimentá-lo, criar a ebriedade coletiva dos fortes, arrastá-lo à luta seria um programa de gênio ao ditador-estatutário que

se apossasse desta inerme massa cósmica social, tão plástica” e a levasse ao auge como raça guerreira. Certamente o leitor mais atento poderia, ao meio do texto, desconfiar das assertivas lobatianas. Para quem se mostrara indignado com o conflito em artigos anteriores, como poderia Monteiro Lobato defender a prática bélica? O escritor permite que seu artigo deixe colocações, no mínimo, incômodas aos defensores da paz: as futuras gerações teriam ao seu lado todo o aparato tecnológico providenciado pela ciência. No que tenha acertado o texto quanto ao futuro, a fisiologia surge como a justificativa do título inusitado: “A parte relativa ao suprimento de víveres é suscetível de imensa transformação, e vencerá o melhor serviço de intendência”.

Citando Wells, lembra-se dos Morlocks, consumidores das carnes tenras dos doces Eloés, criados com toda sorte de luxo para manterem a perfeita saúde de seus corpos. O raciocínio se completa: por que não a antropofagia como saída ao problema de alimentação dos exércitos? Cientificamente, seria prática justificada – “Progredir: é conhecer, alcançar, ‘ter consciência’, de quanto a alma humana já nos tempos mais remotos sabia ‘de instinto’, isto é, inconscientemente. Ora, uma antropofagia consciente não destoa deste conceito”. O problema estaria somente na palavra, pois a ciência já comprovara que os músculos humanos eram compostos de “fibrina, caseína, graxas, albumina, fosfatos, etc., e seria assim tanto no boi como no homem”. Sob o ponto de vista da química, não se justificaria o velho preconceito. Bastaria organizar o serviço escolar para formar mentes habituadas com a nova ideia, bem como organizar adequadamente o serviço de açougue para os novos confrontos bélicos. A ironia do texto se faz, assim, pela oposição entre a lógica científica e os valores morais ante a realidade de uma guerra em grande escala: “Já o homem se afez, por um longo ‘training’, a outras idéias fecundas: o saque, o incêndio, a carnagem do não combatente, a violação das mulheres; está preparado, pois, para a hostefagia que tem a seu favor, além do mais, a química e a lógica”.

“Cidades mortas” (28.2.2916), por sua vez, tem no próprio título a referência ao mundo biológico. “Uberdade nativa do solo”, “reiterada sucção de uma seiva não recomposta”, “ossaturas de megatério” – os elementos de uma cidade viva, ativa pelo plantio do café, perdem o

vigor pela decadência econômica, acabando em vilas destituídas de qualquer vigor social. Explica o artigo: “A nossa gente não vinga prosperar senão onde uma vitalidade prodigiosa poreja do húmus negro da terra virgem como o fumegar quente de uma rês carneada de fresco”. Caso contrário, o abandono do local: “Em sendo mister lutar contra a avareza crescente do solo, refazer-lhe a fertilidade anemiada, criar fontes novas de riqueza, diversas das costumeiras, o homem fraqueja, coça a cabeça, e, se forte, emigra, se fraco, tomba em modorra para logo atolar na miséria”. As casas abandonadas são ossaturas de megatério, “de onde as carnes, o sangue, a vida se hão desertado”. A ligação com o mundo era feita pelo “cordão umbilical” do correio.

Consequência do descaso com a manutenção do solo – o que lembra os artigos de 1914 –, o café passou pelos campos como um Átila, sugando toda a seiva, “e sob forma de grão ensacada, e expedida para fora; mas do ouro recebido em troca nem uma oitava permaneceu ali empregada em restaurar o torrão”. Embora não sejam o foco do texto, os caboclos retornam ao palco, metaforizados em vida vegetal: “Os agregados, dispersos. Subsiste, como lagartixa na pedra, um pugilo de caboclos amarelos, bebéricos, de esclerótica biliosa, inermes, incapazes de fecundar a terra, incapazes de abandonar a querência, verdadeiros vegetais de carne, que não florescem, nem frutificam”, enfim: “fauna cadavérica de última fase, roem os derradeiros capões de café escondidos nas grotas”.

A corrente sanguínea seria imagem adequada para comentar a questão do transporte no Brasil, como se vê em “Estradas” (2.4.1921). “Tomem um doente de opilação, malárico, analfabeto e enriqueçam-no: ele cura-se e instrui-se”. As estradas de rodagem seriam, pois, o aparelho circulatório do país: “O aparelho circulatório de um país, entretanto, pede ao lado da via-férrea uma rede auxiliar de estradas de rodagem, arteriolas inumeráveis que alimentam de sangue as artérias mestras. Sem este complemento não se consolida a riqueza pública e as vias férreas acabam por morrer de inanição”. Quantas estariam a apodrecer por falta de “seiva”? Elemento que só poderia chegar por meio dos capilares da nação, as rodovias. Se as estradas foram tema recorrente em textos de Lobato – assunto que permeia correspondências,

artigos, prefácios –, é importante notar também que o desenvolvimento científico poderia contribuir, na visão do autor, para resolver dilemas mais substanciais da economia brasileira.

Mesmo antes da série de 1918, a respeito das endemias que atacavam a população brasileira, o escritor abordara o problema da alimentação no Brasil, relacionando, mais uma vez, o subdesenvolvimento nacional com as mazelas da nutrição, bem como a ciência à possibilidade de vitória racial. Analisando a obra de Alberto Torres, *Problema nacional*, Lobato escreve artigo cujo título é quase homônimo: “O ‘Problema nacional’” (26.5.1915), no qual se opõe às ideias centrais da obra: “quanto mais sensato e inteligente um povo tanto menos capaz de progresso – conceito desnorteador e colidante com os mais vulgares truísmos correntes, mas único a ressaltar ao cabo da leitura do ‘Problema Nacional’”. Para se contrapor à obra comentada na imprensa, Lobato faz uso da legitimidade da ciência, até mesmo como contestação à crítica de que o modo de enriquecimento do Estado de São Paulo iria trazer sérios prejuízos sociais e econômicos ao Brasil: “a estes compridos períodos cumpre objetar que a noção mais lata de progresso, a uma luz rigorosamente científica, é a que o define como adaptação ao meio. Nas sociedades esta adaptação se opera por meio da riqueza”. Logicamente, para o autor, “quanto mais enriquece um povo, mais progride, porque melhor se adapta ao meio pela vitória sobre as hostilidades naturais”.

Mantendo a linha de raciocínio, a riqueza não existiria por si mesma. “Os sais componentes da fertilidade de um torrão entram a constituir riqueza no momento em que, transformados em produtos comerciais, tornam-se objetos de troca”. Para comprovar o que afirma, enumera substâncias e expõe, segundo seu ponto de vista, a incoerência de Alberto Torres: “Há transformação unicamente. O café transformou uma colossal quantidade de azoto, potassa, fosfatos, carbono, etc., armazenados na terra e no ar, em prédios, estradas de ferro, capital amodado, indústrias, melhoramentos materiais de toda ordem”.

Alimento do alimento: a denúncia do descaso com o solo já estava feita desde 1914. Porém, em “A conquista do nitrogênio” (15.1.1916), nota-se um crítico entusiasmado com a oportunidade de o mundo

ocidental vencer suas carestias pelo evoluir das pesquisas sobre a nitrogação do solo. A mesma ciência, assim, que podia contribuir com a luta armada, era vista por Lobato como a portadora da verdade, trazendo, por isso, soluções efetivas para a civilização.

O artigo, tal como o título indica, aborda exclusivamente a questão do nitrogênio e sua presença como elemento primordial para o bom desenvolvimento das lavouras. “Terra dosada com rigor de todos os elementos químicos que a análise demonstra entrar na composição de uma planta, não a nutria a contento. Algo de imponderável escapava à balança.” Mas, o laboratório desvendou o caso – “E o estudo da nutrição vegetal envereda por diretrizes novas, já renunciadas como fecundíssimas em conseqüências de bom auspício”. Narrando a descoberta de um cientista americano, o texto, antes, faz menção ao papel dos cientistas na humanidade; papel que, ao contrário de “A hostefagia”, de 1915, era o do verdadeiro e real herói: “As maiores revoluções da humanidade não são obra das chacinas tremendas que romanceiam de páginas vermelhas a História, mas duma aparentemente ingênua descoberta científica, operada as mais das vezes pelo acaso, no remanso de um gabinete humilde de humilde sábio”. O entusiasmo de Lobato com a revelação de uma bactéria captadora de nitrogênio mostra-se na perspectiva apresentada de solução para baixos rendimentos de lavouras dos países pobres como o Brasil. Conclama a “Praia Vermelha”, isto é, a secretaria responsável pelo setor da agricultura, a olhar o método como alternativa viável à produtividade de grãos; denuncia a burocracia emperrante e os altos impostos pagos pelos agricultores; demonstra como a produção brasileira é miserável, desamparada de qualquer benefício por parte do governo.

Outra solução para a produtividade nacional aparece em “Os subprodutos do café” (29.11.1916), texto em que a ciência mais uma vez acena com possibilidades de ressurreição econômica do Brasil. De acordo com o texto, estariam perdidas, em média, 40 milhões de arrobas de palha do café por safra. Após elogiar o químico Pedro Baptista de Andrade por seu trabalho e valor moral, afirma que o pesquisador conseguira extrair álcool, manita e cafeína da palha do café: “eis, na sucinta desnudez dos dados positivos, os resultados que o

laborioso sábio alcançou. É, como se vê, um rasgar perspectivas novas, amplíssimas, à riqueza cafeeira”. A modernidade seria marcada pela química, afinal, tudo se faria por meio dela. “Penetrando no âmago da matéria desfá-la nos seus íntimos componentes, e, senhora destes em liberdade atômica, pela síntese a recompõe em formas novas, ao sabor das proteiformes exigências da civilização. Valem os povos pelo valor da sua química”. O argumento de Lobato fundamenta-se nos próprios fatos divulgados nos jornais, pois a ciência é que permitia o arranque germânico contra Inglaterra e França. Dos laboratórios é que viriam as vitórias militares, as conquistas mais importantes.

Além do café, o químico também estudara o caso da laranja. “O aproveitamento integral da laranja” (13.12.1916), registra exemplo de uma série de estudos químico-industriais de Andrade. Para explicar a importância da fruta, Lobato inicialmente expõe a abundância da espécie em território nacional, bem como sua resistência: “Quatro inimigos mortais – dão-se mãos para esmagá-la – a formiga, a erva de passarinho, a broca e a incúria do homem”.

Para comprovar a resistência da planta, afirma que “nas taperas antigas onde é já tudo morto de quanto o homem plantou ou construiu, só as velhas laranjeiras sobrevivem, ocultas na maranha retrançada da ‘erva’. E à sombra do dossel maldito da parasita tentacular, que lhe rouba a seiva e intercepta o sol, ela ocultamente frutifica”. Embora trate da força da laranjeira mesmo quando atacada por trepadeiras parasitas, no começo do parágrafo, o “homem” citado, isto é, o homem do campo, lembra ao leitor, ainda que com imagem bem mais tênue, o exemplar humano que “vegeta” de cócoras em “Uma velha praga”. No artigo de 1914, o autor aponta a precariedade das instalações do caboclo, sendo a ausência de uma fruta tão comum e tão resistente como a laranja índice dessa falta de qualquer iniciativa: “A terra reabsorve as frágeis matérias da choça e como nem sequer uma laranjeira foi plantada, nada mais lembra a passagem do Manuel Peroba, Chico Marimbondo, Jeca Tatu e outros sons ignaros de dolorosa memória, à natureza convizinha”.

Com tal resistência, bastaria ao homem apenas libertá-la das plantas parasitas, nada mais: “Se neste estado de miséria vital o homem inter-

vém e a liberta do bloqueio, com que esplendor revêça a mais sovada laranjeira! Em virtude de tão preciosas qualidades a laranja é a nossa grande fruta nacional” – menos para o Jeca, pode-se deduzir, que não era capaz sequer de cortar o cipoal em torno de árvore cuja produção poderia lhe garantir o sustento. Mais uma vez, portanto, Lobato vislumbra, em meio ao caos econômico e às restrições inerentes a um país pobre em relação ao desenvolvimento comercial, uma solução viável baseando-se no que aqui já se produzia, no que o homem comum tinha à mão, no que o caboclo, miserável, improdutivo, podia retirar do solo se quisesse. Mas os efeitos não seriam somente financeiros.

Questões de saúde pública acodem ao texto. Dar vinho de laranja à massa é evitar o consumo da cachaça, mal que intoxica e abate o vigor do homem brasileiro. O vinho, “dá-no-lo a laranja como também a jabuticaba. Estas duas frutas estão para nós, em matéria vinícola, como a uva está para o Velho Mundo”. No dia em que isso fosse compreendido, o povo estaria liberto da “repugnante cachaça”. “O vinho entrará por muito nessa restauração racial. E o vinho só poderá vir duma fruta selvagem como a laranja”.

Para resgatar racialmente o homem nacional, seria preciso a ciência, o conhecimento do laboratório, a escola. Em três artigos de 1917, Lobato trata do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Embora os textos abordem questões estéticas ou artísticas, destacam-se considerações sobre o processo educativo da escola. No primeiro da série, de 1º de janeiro de 1917, o sucesso da escola é apontado como consequência da seriedade do empreendimento, nascido em 1873 de um grupo de “homens de boa vontade”, com o nome de Escola Propagadora de Instrução. Como se percebe no título da gênese do Liceu, a função era contribuir para a instrução da população cujo analfabetismo ainda era preponderante, e para a qual o conhecimento científico era pouco comum.

A comparação com uma árvore é inevitável, pois as maiores instituições de ensino, os maiores negócios deveriam seguir a marcha evolutiva – “os processos eternos que conduzem a humildade da semente à vitória da árvore madura”. Percebia-se alma da grande oficina em seus laboratórios: “é vendo os laboratórios de onde tudo aquilo sai, o formigueiro de operários e aprendizes, a elevação mental e moral que lhes dá a boa

direção, o apuramento das suas qualidades pessoais pelo estímulo da individualidade, cultivo da vocação e inteligente disciplinamento dela”. Os operários dali saídos seriam sementes de boa árvore, “todas ricas de vida latente, capazes de germinação e desenvolvimento”.

Ao apresentar a metodologia de estudo, percebe-se o entusiasmo do escritor: “o ensino obedece a um critério eminentemente prático e racional. Não há ali a pompa inútil dos programas que abrangem a esfera inteira dos conhecimentos humanos e que por isso mesmo só conseguem inocular nos alunos esse estado mental sintomático da instrução republicana”, qual seja, uma “ignorância enciclopédica”. No curso preliminar, os alunos aprenderiam a ler, escrever e contar, ampliando-se a grade curricular até a geometria, geografia, história do Brasil e contabilidade. O curso geral de artes e ofícios proporcionava uma preparação com desenho geométrico e ornamental. Havia, na sequência, um curso profissional no qual os alunos eram iniciados nas artes plásticas e gráficas, “na estucagem, modelagem, cerâmica, gravura, marcenaria, marchetaria, ebonistaria, escultura e entalhe de madeira, ourivesaria, joalheria, eletrotécnica e engenharia sanitária”.

O autor mostra-se consciente sobre sua comparação da árvore: “sempre o processo da árvore – insisto nesta comparação porque é justa – que ao sair dos cotilédones não predetermina de antemão o número de galhos que terá, nem marca dos ângulos de inserção, nem a espessura do tronco, nem o número de folhas, nem prefixa o minuto exato da florescência”. Porém ela vai se “dispondo ao sabor do meio envolvente, em função da terra, da topografia, do regime dos ventos, das variações atmosféricas, da luz que recebe dos inimigos noturnos”, até, enfim, “adquirir na maturidade o esplendor de um individualismo inconfundível dentro do mais absoluto respeito às leis fundamentais da espécie”.

As coisas criadas pelo governo, porém, ao contrário, eram árvores de presépio, “pintadas sempre do mesmo verde e incapazes de frutificação”. O sucesso do Liceu, reitera Lobato, estaria justamente na conformidade de evoluir segundo processos naturais. No outro extremo, como se lê no segundo artigo da série, sobre a exposição anual do Liceu (5.1.1917), o governo é naturalmente o parasita: “na vegetação seivosa com que o alienígena cria em nossa casa em estado

‘sui generis’ de civilização, nós, donos dela, com pouco mais contribuímos além do doutor – a orquídea, o funcionário público – o cipó, e o governo – o mata-pau”. É assim que nos artigos a respeito do estilo nacional o escritor iria ter como parâmetro organizador de suas ideias a evolução artística como decorrência da obediência aos elementos naturais do meio.

As questões estéticas, entretanto, não absorvem completamente o articulista atento aos problemas nacionais mais prementes. Mais uma vez volta ao campo da alimentação com “O problema do trigo no Brasil”, no mesmo ano (7.4.1917). Ao tratar do problema da falta de produção do grão em terras nacionais, Lobato relaciona a escassez do alimento com a precária robustez do homem brasileiro. “Sem o pão como base cat-energética do animal ‘homo’ nunca surgiu raça vivedoura, capaz de sobrevivência vitoriosa”. O brasileiro, pois, valeria menos que o português – “somos o português desmedrado por insuficiência de pão”. “Além desse baixo consumo de trigo no Brasil releva notar um fenômeno alimentar inverso à normalidade perceptível nos demais povos. Aqui é o rico e é o homem das cidades quem consome o trigo importado.” O homem da roça alimentava-se de milho, feijão e mandioca, “produtos incapazes de beneficiar o organismo humano com a riqueza com que o faz o abençoado cereal”. A comparação entre Sul e Norte do Brasil é marcante segundo o escritor – os homens vigorosos, de boa cor, encorpados estariam no Sul, “em contraste flagrante com o tipo cada vez mais exíguo do nortista todo cabeça”.

Experiências com outros animais demonstraram a variação rápida de uma mesma espécie sob condições alimentares diversas. Isso se aplicaria ao homem, “se ao nortista de hoje dermos um regime novo, baseado no trigo, na carne, no vinho, em poucas gerações ele ganhará a medida normal que esse regime tem proporcionado ao animal humano em todas as partes do mundo”. Longe de se questionar sobre as características próprias do homem adaptado aos desafios do Nordeste, Lobato enxerga o brasileiro dessa região como alguém necessitado de alimentos para evoluir. “Comprar trigo em escala ascendente é comprar bons músculos, é adquirir rija vitalidade.” Só poderia fazer isso o Estado que tivesse melhores condições financeiras, como São Paulo.

Após explicar ao leitor o problema da produção de trigo no Brasil, já finalizando o artigo, escreve: “para tais coisas é que ela, a ciência, existe, para vencer os óbices que a natureza antepõe ao homem na sua obra de adaptação ao meio”. E a ciência, respeitando as leis naturais, vinha fazendo isso: “não é pois pedir-lhe muito, pedir-lhe que nos resolva este problema vital”. Solver o problema, somente no laboratório – “só ela [a ciência] nos dará o remédio adequado; – do contrário o que nos resta é continuar a adquirir vida adquirindo trigo de fora”.

Apesar de, em 1918, iniciar sua presença na edição da manhã de *O Estado* com a série sobre as endemias brasileiras, há um texto do conjunto que também focaliza a questão alimentícia do brasileiro. É “A fraude bromatológica” (14.4.1918). Lobato nele aponta o problema da saúde como também decorrente da falsificação de alimentos no Estado de São Paulo, “a grande indústria do momento é o veneno”. Veneno que podia ser comprovado pelo laboratório – “Quem interrogar os nossos laboratórios de análises químicas sairá deles descrente de tudo, e convencido de que só há uma solução: emigrar para a Lua”. Acusando as adulterações dos produtos, Lobato apela ao público para que se mobilize, afinal, é a saúde pública que sofre com os lucros aferidos por meio das misturas nocivas. Isso atinge também os remédios: “iodofórmio adulterado com flor de enxofre. Emetina fabricada com sais de quina. Quinino e aspirinas feitos com lactose. Óleos minerais e medicinais clarificados com ácido sulfúrico impuríssimo, contendo arsênico”. Tal como as pragas dos sertões, são necessárias outras comparações para definir o crime: “se nos sertões há barbeiros, e anófeles, e ancilóstomos, na cidade há a peste do macrozoário da fraude, o envenenador de profissão, contra o qual a nossa lei tem força – mas não tem força o aplicador da lei”.

A falta de saúde da população seria, ainda, a causa de tamanha passividade diante dos desmandos e abusos dos “tosquiadores”. Mais uma vez, tal como em “A hostefagia” de 1915, os brasileiros, paulistas especialmente, são comparados a “resignados carneirinhos que somos, prostramo-nos diante do lobo gordo apostado em nos tosquiar a lã e derrancar a saúde. É doença. Não pode deixar de ser doença”. Entre a ironia e a constatação biológica, a conclusão é fisiológica: a moral

reflete a caquexia geral do corpo, atacado pelos barbeiros do campo e pelos “barbeirões da cidade”.

Também de 1918 são os textos “Rondônia – visão do futuro e visão do passado (I)” e “Rondônia II” (19 e 23.4), em que se narram as descobertas realizadas pelo pesquisador etnógrafo Roquette Pinto e por ele publicados em livro cujo título também era *Rondônia*. Embora se destaque a narrativa com fatos históricos, ao final do segundo texto percebe-se a valorização do saber científico da obra em questão. Para concluir sua exposição entusiasmada sobre as conquistas da ciência, Lobato afirma que “o livro de Roquette Pinto é o mais interessante estudo publicado por um patricio sobre um tema que até aqui interessou muito mais aos estrangeiros do que a nós”. E não é somente pelo conteúdo que valeria a pena ler o livro de etnografia, mas também pela forma de sua escrita: “pela forma fragmentária de notas, pela amenidade da forma, pelo entressachamento⁴ de observações pitorescas relativas à paisagem, e aos incidentes da viagem, esse livro consagra um sábio e jeitoso processo de fazer ciência para Eloés”, isto é, “a ciência bem dosada nas ‘pink-pills’ é ingerida sem que o percebamos”. Enfim, o pesquisador sabia “fazer livros como os precisamos, livros que nos incutam ciência”, e uma ciência “malgénous”.

A fé na ciência parece contagiar as mais diversas esferas do saber aos olhos de Lobato. Em “O cinema científico” (26.5.1921), o escritor, entusiasta de Walt Disney, não vê nas fitas apenas entretenimento. Apresentação realizada em São Paulo por um médico argentino, Bellarmino Barbará, na qual exibia o filme *A mosca e seus malefícios*, faz o escritor brasileiro prever um futuro em que as escolas teriam uma revolução no modo de aprender e ensinar: “o que por intermédio do livro e da lição oral penosamente o mestre inocularia no cérebro dos alunos a fita o faz agradavelmente e de maneira perfeita no cérebro de milhares de pessoas”. Tecnologia como meio de alcançar a população, vulgarizar a ciência: “aqui o alcance formidável da cinematografia aplicada à ciência. Permite dar a milhões de criaturas a noção científica que hoje,

4 “entressachamento s.m. [...] ato ou efeito de entressachar(-se); entrelaçamento, mescla, mistura” (Houaiss & Villar, 2001, p.1168).

pelos processos atuais, constitui privilégio de reduzidíssimo núcleo de estudiosos”. A previsão lobatiana quer ser contagiante ao leitor de seu tempo: “abre-se o campo do microscópio ao mundo inteiro. Fogem do laboratório os segredos da natureza e vulgarizam-se ao infinito”, ou seja, ciência para todos: “não mais ciência para iniciados, apenas, mas ciência pura e agradável para todos – ciência universalizada. É pois a morte de mais um feudalismo: o científico”.

Modernidade para o Brasil

Desde “Urupês” (23.12.1914) os signos do progresso aparecem como laboriosidade e conquista do conforto. Quando vai ao comércio, afirma o autor, o caboclo “só exhibe coisas que a natureza descuidosa derramou pelas matas”, isto é, o que exige apenas a atividade da coleta: “cocos de tuncum e jissara, guabirobas, bacuparis, maracujás, jataí, pinhão, orquídeas, cestinhas ou utensílios de madeiras macias de talhe: gamelas, pilõezinhos, colherões de mexer marmelada. Nada mais”. Portador da lei do menor esforço, sua casa denuncia a miséria de sua existência inculta: “denuncia-o, frisando as filigranas sutilíssimas de deduções engenhosas, a sua moradia, prodigioso libelo de sapé e barro que não pede meças à biboca dum bosquímano”. Segue a descrição:

Mobília nenhuma. A cama, uma esteira de peri sobre o chão de terra batida. Às vezes um banquinho de três pernas, para os hóspedes. Três pernas dão equilíbrio; inútil, portanto, o trabalho de embutir uma quarta e nivelar o pavimento. Para que assentos se os votou a natureza de grossos, rachados calcanhares. Nenhum talher. Não é a munheca um talher completo, colher, garfo e faca a um tempo?

No mais umas cuias, gamelinhas, um pote esbeçado, a pichorra, a panela do feijão. Nada de armários ou baús. A roupa guarda-se no corpo ou na barrela, e o mantimento nos cantinhos da casa.

Para a banha, inventou um cipó preso à cumeeira tendo na extremidade um gancho sotoposto a uma rodela de lata; aí pendura o toicinho a seguro de ratos e gatos.

Da parede pende a espingarda pica-pau, o polvarinho de chifre, o S. Benedito defumado, o rabo de tatu e as palmas bentas de queimar pelas grandes trovoadas. É só. Os seus remotíssimos avós não gozaram de maiores comodidades: os seus bisnetos não meterão quarta perna ao banco. Para quê? Vive-se tão bem sem ela.

Da mesma forma, o empenho de Jeca para melhorar a qualidade de sua existência é inexistente: “se pelotas de barro caem, abrindo seteiras nas paredes, lá ficam elas para o resto da vida a entremostrear pedaços do céu. Se a palha do teto apodrecida abre-se em fístulas, por onde escorre a água das chuvas, Jeca empurra a gamelinha para baixo da goteira”. Filosofia fatalista do caboclo: “para que remendos se uma casa dura cinco anos e só faltam dois para a sua completa inabitabilidade? Aí, então, construirá uma nova, ao pé, cálculo este economizador de grande soma de reparos”.

Desenvolvimento material seria condição imprescindível para a formação da ética e da moral no indivíduo. “A simplificação da sua vida levada a extremos inconcebíveis reflete no moral, criando especialíssima mentalidade”, qual seja, “a mobília cerebral, à parte o succulento recheio de superstições, rivaliza em apuro com a do casebre”, seriam as noções práticas da vida hauridas do pai e que, intactas, seriam transmitidas ao filho. O caboclo é, pois, um semisselvagem: “no vazio de sua vida semi-selvagem, em que os incidentes são um jacu abatido, uma paca fígada n’água, o filho novimensal, a queimada é o grande espetáculo do ano, o supremo regalo dos olhos e dos ouvidos”.

A caracterização moral do Jeca não é melhor que seu físico. Como já se transcreveu, no início de “Urupês” Lobato lhe atribui feiura, brutalidade, covardia, maldade. Mesmo exercendo um “corrupio de barganhas” sua astúcia nativa não lhe dá mais recursos que os miseráveis apetrechos conseguidos com pouco ou nenhum esforço: “a esperança última foi a barganha de um cavalo cego com uma égua de passo picado; verdade é que a égua mancava das mãos, mas inda assim valia seus dez mil réis que o rocinante zanaga”. Tal como o jornal coloca seus oponentes em situação de rebaixamento, isto é, subestima (Fantinati, 1990) os opositores, o artigo de Lobato tem forte ressonância desse

procedimento por meio do descritivismo que alcança o pitoresco. O ser subestimado é colocado no palco, para espanto da plateia acostumada às maquiagens afrancesadas, segundo o articulista.

Com efeito, o desenvolvimento moral do homem brasileiro, apontado como doença na série de artigos sobre as doenças endêmicas, em 1918, mostrava-se problemática fosse na subjugação do caboclo, fosse no domínio do coronel. “O ato mais importante da sua vida é indubitavelmente votar no governo”. Votava, mas sem saber em quem. Era fiel ao chefe, que retinha o título de eleitor do empregado orgulhoso por cumprir uma função para a qual concorria sem saber por quê: “a simplificação da sua vida levada a extremos inconcebíveis reflete no moral, criando especialíssima mentalidade”. Patriotismo, pois, era coisa desconhecida para o Jeca:

Patriotismo é sentimento desconhecido, ignorante como é de tudo quanto concerne ao país. Na escuridão moral não bruxoleia sequer a idéia de pátria. Sabe que o mundo é grande, que há sempre terra para diante, que muito longe está a Corte com os graúdos e mais distante ainda a Bahia, donde chegam baianos pernósticos e cocos.

Perguntem a Jeca quem é o presidente da República.

– O homem que manda em nós todos?

– Sim.

– Pois decerto que há de ser o imperador.

Em matéria de civismo não sobe ponto, antes desce.

– Havendo uma guerra vai você defender o país?

– Guerra? Tesconjuro! meu pai viveu afundado no mato para mais de cinco anos por causa da guerra grande. Eu para escapar de “reclutamento” sou capaz de cortar o dedo como o meu tio Pedro.

Guerra, defesa nacional, noção administrativa, tudo quanto transpira a governo para o caboclo se resume nessa palavra apavorante, o “reclutamento”. Quando, em começos da Presidência Inefável, andou na baila um recenseamento esquecido a Offenbach, o caboclo tremeu e entrou a casar em chusma. Aquilo devia ser “reclutamento”, pela certa e os casados, era voz pública, escapavam à redada.

O problema dos valores nacionais Lobato também apontara em “A hostefagia” (11.4.1915), contrapondo ao mundo dito civilizado

a reação de “bois de corte” dos brasileiros. Para o progresso moral, humano, necessita-se do econômico, material. A defesa dos valores morais – entenda-se como valorização do trabalho, integridade, seriedade, inclusive com a coisa pública – aparece em “Pensionamento de artistas” (16.1.1916), como ataque ao sistema paulista de pensionar novatos nas artes plásticas em estágio na Europa. “Ao invés de criar um artista, cria o governo, na generalidade, com o dispêndio de 20 contos, por cabeça, uma galeria de inválidos morais.” Ou, como quer o autor, “boêmios de rua, malbaratados de tempo e saúde durante o pensionamento, e, após, náufragos roídos de mazelas a bracejar pelo resto da vida no vortilhão europeu. Ou artistas mediócras, porque brasileiros de carne, ficaram europeus de espírito”. E acrescenta: “ou sorumbáticos incompreendidos de torna-viagem, prenhes de boas intenções, mas desossados pelo desânimo, a lamuriar eternamente, como as mais adiantadas concepções sociológicas, as idéias e a linguagem dos personagens elegantes de Eça de Queirós, nos *Maias*”.

Lobato registra o senso comum das ruas: “O país é uma choldra, falam em se naturalizar cafres, pedem invasão estrangeira que arrase, que derranque, porque está tudo podre, a esfarelar de velhice precoce”. Admite, com pesar, que poucas exceções boiavam à flor da regra geral. O pintor Wash Rodrigues seria um deles, “sopesando copiosa ruma de estudos, denunciadores de uma operosidade assombrosa a serviço de um talento da melhor água”. Compreende-se, pois, o raciocínio subjacente à apresentação do pintor, isto é, as personalidades enaltecidas por Lobato mereciam o elogio tanto pela qualidade dos trabalhos, quanto pelo valor moral viabilizador de tais trabalhos.

Embora muitas vezes relacione o desenvolvimento científico com os sofrimentos da guerra, é perceptível nos artigos a proximidade com a qual se vê o domínio do conhecimento e o progresso moral, humano, ético dos povos. Em “Cidades mortas” (29.2.1916), ao citar a gradual e inevitável decadência dos serviços nas cidades abaladas pelo esgotamento do solo, aponta a “mob” também como decadente interiormente: “o resto é a ‘mob’; velhos negros de miserável descendência roída de preguiça e álcool; famílias decaídas, a viver misteriosamente umas, outras à custa de parco auxílio enviado de fora por um filho mais

audacioso que emigrou; mestiços ‘ataráxicos’, ‘boa gente’ que vivem de aparas”. A pergunta que o artigo quer responder é: Como se percebe que uma cidade está morta? A resposta que o mesmo artigo dá ao leitor baseia-se na observação direta dos fatos: pela movimentação cada vez mais escassa, pela falta de elementos da vida economicamente saudável: “Até o ar é próprio; não vibram nele sereias de auto, nem cornetas de bicicletas, nem campainhas de carroça, nem pregões de italianos, nem tem-tens de sorveteiros, nem plá-plás de bufarinheiro turco”, permaneceriam somente sons coloniais, “o sino, o chilreio das andorinhas que moram na igreja, o rechino dos carros de boi, o cincerro de tropas raras, o taralhar das baitacas que em bando rumoroso cruzam e recruzam a cidade, bem alto”. A “fauna cadavérica” que resta na cidade não tem força nem intelectual nem corporal para coisa alguma.

Há, porém, outra fauna constantemente atacada pelo escritor, o governo. Entenda-se governo como as Câmaras, o Estado, a República. Cumpre atacar todo tipo de parasita – Lobato expõe os problemas, aponta soluções, acusa os responsáveis. Em “Os subprodutos do café” (29.11.1916), em meio às exposições químicas sobre a viabilidade financeira do produto, registra o que considera um pesar: “Pesa-nos dizer que os estudos de Pedro Baptista, valiosos como obra de ciência pura, e valiosíssimos pelas conseqüências econômicas deles resultantes, jazem ao léu, desconhecidos fora d’um círculo restrito de amigos”. Os raros visitantes que teriam o privilégio de tomar conhecimento das pesquisas simplesmente não conseguem compreender a dimensão do assunto. Ignoram a importância da descoberta, são um obstáculo ao avanço científico do país. Ainda mais descobertas de processos que podiam contribuir para o enriquecimento dos pequenos produtores, como afirma:

Sobe de ponto o valor dos seus estudos se atentarmos que o processo de Pedro Baptista é sobretudo industrial, prático em extremo e a todos acessível. Tão maneiro é que está ao alcance de qualquer sitiante crescer a sua máquina de café de um apêndice onde com pouco trabalho e escasso dispêndio avultar de um terço, se não dobrar, a renda líquida dos seus cafeeiros. Além deste aproveitamento da palha cresce o das escolhas

más, resíduos ínfimos das catadeiras e ventiladores. Tais escórias ao invés de penetrarem no mercado como elemento falsificador do café, surgirão transformadas com lucro maior para o produtor, e como solução ao problema dos cafés baixos.

Os questionamentos do escritor se endereçam aos portadores da riqueza e aos governantes, sem dúvida: “Será sempre assim? Continuará assim? Estará S. Paulo tão rico que menospreze um redobro de riquezas? Continuaremos a importar álcool caríssimo, e manita,⁵ e cafeína quando temos em casa para abarrotar o mundo?”. Ciência e imprensa mostraram pelo laboratório “a obra esplêndida executada na penumbra sem reclamos, sem gabolice, sem escândalo e sem orgulho por um sábio que o é integral, na acepção mais larga do termo. Não se oculta por toda a vida a luz sob o meio alqueire”.

A preocupação com o estrangeiro não é sobre o que “acham do Brasil”, mas sobre o que podem “achar no Brasil”, como se vê na defesa que faz da pesquisa de Andrade sobre a laranja: “não procediam de outro modo, com o ouro, os índios do Eldorado. Veio um dia o aventureiro espanhol e colheu os tesouros desprezados. Ficaremos toda a vida à espera do aventureiro espanhol?”. Mais que o aventureiro espanhol, o investidor americano – “Já o americano audaz roubou-nos o pomo das Hespérides que viça na Bahia e criou com ele, na Califórnia, minas mais ricas que as de ouro nativo”. “O aproveitamento integral da laranja” (13.12.1916) insiste na diversificação do mercado brasileiro: “Resumindo: bastaria a possibilidade de extrair da laranja um só produto como o vinho para a termos erigida à categoria de riqueza; entretanto ela nos dá além do vinho, e simultaneamente, mais sete produtos de valor mercantil”.

Progresso não combina com pequena produção para Lobato. Sua crítica ao governo é justamente por conceber tudo em chave de subsistência aos produtores, não em termos de produtividade em pé de con-

5 Manita/manitol: “polialcool (C₆H₁₄O₆) usado como base de alimentos dietéticos, na produção de resinas plastificantes, como diurético, adoçante, estabilizante etc.” (Houaiss & Villar, 2001, p.1838).

corrência com demais países. O Brasil é um Estado ignorante, dirigido por ignorantes, responsáveis pela vicejante ignorância nacional.

Lobato, porém, não defende somente o investimento nas pesquisas químicas, antes trata da agricultura como área precária no Brasil. As queimadas deram o mote para os textos de 1914, a baixa produtividade e a descapitalização dos agricultores viriam à tona em textos como “A conquista do nitrogênio” (15.1.1916). Depois de apresentar, como já se mostrou, questões relativas ao papel do nitrogênio na germinação das plantas, o escritor volta-se com ímpeto para a Praia Vermelha:

Há umas tantas coisas sobre que a Praia Vermelha nunca lançou o seu olho onividente de Ceres burocrática. Há o cepo inimigo da relha do arado, há o morro inimigo do trator do arado, há o pessoal agrícola inimigo da rabiça do arado. Há ainda a especulação comercial inimiga do preço baixo do arado. O labrador, apesar do berreiro do Kalisyndicat e dos momos de escárnio dos poetas agrícolas unânimes em lhe escorchar o toitiço com a pecha de ignorantes, sobre a história do adubo, sabe-lhe o preço fantástico, sabe-lhe a desnaturação a que o sujeita o industrial sem escrúpulos.

É o agricultor esmerado em conhecimentos sobre o crédito agrícola: “banquinhos com dinheirinhos a 12 por cento e uma quebra fraudulenta a meio do ano”. Sabe da “parola governamental das mensagens, plataformas, programas, a farragem dos chavões gramofonados pelas bocas de H., de U., ou de A. no fundo dos quais se alapa quase sempre uma taxa nova, uma sobretaxa, uma subtaxa, um adicional, um sobre-adicional”. E ao lavrador ficaria a imagem dos governos federal e estadual como animais predadores. Sem falar na municipalidade: “Chega a ser cômico! O resto de sangue deixado nas veias pelas sangue-sugas de alto bordo atija o apetite das camarazinhas e lá vem elas com os seus impostozinhos de percevejo, taxinhas sobre o cafeeiro, aferiçõeizinhas de carros, e mais mordidelas de pulga magra”.

Como progredir com tantos sócios forçados? Morro, toco, formiga, ratazanas, governo? Por essas razões, explica-se no texto, “os três cereais que o país produz em grande, feijão, milho e arroz, são extraídos da terra pelos velhos processos herdados dos avós. Em pequena escala, nas

várzeas desembaraçadas, o arado entrou”. Falta de tecnologia não por vontade, mas por cautela: “não por virtude do sermonário ministerial, mas porque um certo número de circunstâncias favoráveis (o imposto protecionista e as vantagens naturais do terreno) o indicaram como redutos de despesas”.

Enquanto a agricultura mundial entrava em novo estágio, o da adubação química, a lavoura brasileira permanecia com métodos ultrapassados, grosseiros, improdutivos, ficando no atraso característico do “não saber” nacional. Como levar o conhecimento científico ao homem do campo se a administração pública não o permitia por meio de seus bloqueios burocráticos? É compreensível, portanto, o entusiasmo do autor com uma escola como o Liceu. Em uma sociedade maquiada para parecer bem ao estrangeiro, como dizia Lobato, investir no que era realmente lucrativo equivalia a investir no caráter da população brasileira. Em “A grande oficina escola” (1º.1.1917) seus elogios não vão somente ao encontro das obras produzidas pela escola, mas ao caráter dos dirigentes e professores da instituição: “galvanizado pela força do grande ideal, o corpo de professores, de Zadig ao mais modesto mestre de oficinas, prestam-lhe mão forte e operam maravilhas. E tudo – ó maravilha da fé na era de ouro do ceticismo! – sem o menor fito de lucro”.

A abnegação dos envolvidos com a escola é total: “o que ganham aqueles incansáveis professores é um diploma heróico de civismo. Oscilam entre cem e cento e cinqüenta mil réis os seus ordenados mensais... Será esta miséria que os prende ali? Não. É a força coesiva de uma fé comum, mantida sempre pura e viva pela fascinante força moral do diretor”. Ricardo Severo, diretor, compartilharia com a equipe “a grande tarefa, prestando o apoio da sua notável lucidez de espírito à direção artística dos cursos e oficinas. Louvar alguém hoje em dia acanha”. Em tom mais exaltado, escreve: “Os adjetivos encomiásticos rolam por aí, ao sabor da paga, inflados na superlativice nojenta dos ‘íssimos’ deslavados... Quem louva é suspeito. Louvar dá medo”. Contudo, Severo merecia o desafio: “o louvor brota incoercível do fundo d’alma ao mais ríspido dos homens diante dum estabelecimento que é uma exceção, dum diretor que é uma exceção, dum conjunto de mestres que são uma exceção”; se o Liceu era “uma aberta de luz,

amor e fé no carrascal maldito da coisa suja que é a nossa atualidade”, colocava-se para o escritor como modelo oposto à atuação governnista: “o Estado, tão pródigo em dotações, não lhe dá um pataco; antes tira dele alguma coisa, obstruindo-lhe parte do edifício com o Ginásio e a Pinacoteca. Subvencionou-o até 1915, e daí para cá achou aplicação melhor àquele dinheiro tão bem empregado”.

Mas, “nada importa isso. Só dá relevo ao Liceu esta sua nobre vida própria. Dá-lhe também afora relevo, confiança em si, independência e orgulho”. O Liceu, pois, se afigura como parâmetro do tipo de formação humana sonhada pelo escritor em terras nacionais, o conhecimento a serviço da construção da sociedade. Uma sociedade moralmente direita, porque valorizadora do saber científico, técnico, conforme concepção do grupo ao qual pertencia. Consequência: um governo sério, adequado à grandeza de uma República ainda por ser. Com efeito, Ricardo Severo⁶ não era qualquer um. Engenheiro civil português envolvido com agitações republicanas, no Brasil é convidado por Ramos de Azevedo (1851-1928) para trabalhar no escritório paulistano. A partir de 1928, com a morte do amigo, assume a direção do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Dentre as diversas atuações no cenário nacional, é importante lembrar que Severo participou da cria-

6 O verbete registrado pela Enciclopédia Itaú Cultural exemplifica ao leitor de hoje o círculo social no qual Ricardo Severo estava inserido: “Ricardo Severo da Fonseca e Costa (Lisboa, Portugal 1869 - São Paulo SP 1940). Engenheiro, arqueólogo, arquiteto. Forma-se engenheiro civil de obras públicas em 1890 e engenheiro civil de minas em 1891 na Academia Politécnica do Porto, em Portugal. Participa da fundação da Sociedade Carlos Ribeiro, em atividade de 1887 a 1898, e da *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, de 1890 a 1898. [...]. Em 1891, participa da revolta republicana do Porto e é obrigado a emigrar para o Brasil. Escreve artigo sobre o Museu Sertório, 1892, por meio do qual conhece Ramos de Azevedo (1851 - 1928), que o convida a trabalhar em seu escritório. [...]. Filia-se ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - IHGSP em 1911 e participa da criação da *Revista do Brasil*. Nessas e outras instituições e periódicos publica séries de artigos e conferências dedicadas a arqueologia, republicanismo, colônia portuguesa e arquitetura. UOL EDUCAÇÃO. Biografias. Tobias Barreto. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=5385&cd_idioma=28555. Acesso em: 8 jun. 2009.

ção da *Revista do Brasil* (1911). Casado com Francisca Santos Dumont, irmã do inventor Santos Dumont, portanto filha de um “rei do café”, e inserido no círculo intelectual paulista pela sociedade com Ramos de Azevedo, o diretor do Liceu pode representar a ligação estreita entre uma sociedade oligárquica dominadora e uma classe social republicana também detentora do poder. Sobretudo, legitimando seu exercício do poder pela competência intelectual. Enfim, um tipo humano e social altamente valorizado na roda de *O Estado*.

Assim, em tudo Ricardo Severo mostrava-se figura honrosa aos olhos do articulista, tanto pela trajetória de vida quanto pelo papel desempenhado na escola. O Brasil somente iria “ser” se fosse curado, em ampla dimensão, tanto em relação à saúde física, quanto moral.

A assertiva, lembrando a ênfase dada por Lobato ao saneamento, remete ao conjunto de textos de 1918. Por abordarem especificamente a questão endêmica, é importante observar que a estratégia de convencimento escolhida pelo escritor foi atingir o “bolso” do leitor. Isto é: se era fato que a economia refletia o estado geral de doença do povo, convencer o leitor – e este ou pertencente às classes abastadas ou àquelas formadores de opinião pública – não bastaria apenas tocar o sentimentalismo mediante a miséria em que jaziam milhares de irmãos brasileiros. Era preciso ferir o brio nacional, apontar nas mazelas individuais e coletivas o efeito sobre a economia. A economia acabaria justificando o investimento na saúde de uma massa longe de ser o que se queria mostrar ao francês como “Brasil”. Era preciso um lastro “racional” para justificar o investimento nas camadas inferiores.

Primeiro artigo da série “Saneamento do Brasil”, “A ação de Oswaldo Cruz (18.3.1918) deixa registrada sua incondicional admiração não só pelo trabalho científico realizado em Manguinhos, mas também em relação a Pasteur, pai da ciência biológica moderna: “Inaugurou-se para a humanidade uma era nova; a era dum novo sentido, a ultra-visão. A higiene nasceu”. O segredo para resolver os problemas: a abordagem científica. Escreve ele:

É mister abordar os problemas com absoluta isenção de ânimo, limpo o observador de idéias preconcebidas, de espírito partidário, de facciosi-

dade de escola, de sentimentalismo pueril; é força começar do princípio, não interpor entre o caso em foco e o sólido preparo técnico do cientista nenhum apriorismo perversor.

O verdadeiro sábio não emitiria opinião, consultaria o laboratório, o qual diria tudo “sem enfeite nem torção”. O povo que estava cretinizado “pela miséria orgânica de mãos dadas à mistificação republicana olha em torno e só vê luz no farol erguido por Oswaldo num recanto sereno do Rio. Só de lá tem vindo, e só de lá há de vir a verdade que salva”.

Nem os planos econômicos, nem as propostas agrícolas, nem a organização política do governo salvariam o país. A higiene, como braço executor da ciência, poderia alavancar a nação. Em “20 milhões de opilados” (19.3.1918), Lobato revela ao leitor números no mínimo incômodos sobre a saúde do país: os estudos médicos mostrariam que 70% era a proporção de brasileiros vítimas da ancilostomose. Depois de apresentar o ciclo do verme, o apelo ao absurdo da situação: “É fantástico isto! Milhões de criaturas humanas com a função social adstrita à veiculação das posturas do ancilóstomo!”, e mais – “um país com dois terços de seu povo ocupados em pôr ovos alheios!”

Apontam-se novamente as Câmaras municipais como instâncias possíveis de executar políticas saneadoras. Mas, como fazer com os políticos locais? Como fazer para convencer os mandatários locais, cujas mentes muitas vezes não se mostravam submissas às diretrizes republicanas mais progressistas, símbolos do atraso político brasileiro, de que era necessário curar os homens do campo? “Mas de que modo convencer a um coronel prefeito de câmara, ou tenente inspetor, da existência, vida, costumes e ação de um verme que ele não vê?” Se o mesmo coronel ou tenente era alfabetizado e leitor de jornais, como geralmente era, ainda mais de um periódico nascido nos braços da oligarquia cafeeira, já estava frente a frente com argumentos para o convencer – “Três milhões de papudos e idiotas” (20.3.1918), terceiro texto da série, apela mais explicitamente ao bolso dos mandatários: “Três milhões de quantidades negativas, incapazes de produzir, roendo famintas as sobras da produção alheia, e, o que é pior, condenadas ao mau fado de viveiros do parasito letal para que bem assegurada fique

a futura e inevitável contaminação dos sadios...”. Tirar o leitor da comodidade do bem viver em detrimento aos milhões adoentados, para isso o escritor oferece outro argumento de peso – a contaminação poderia atingir todos. Nos parágrafos seguintes, dirige-se à relação dos administradores públicos com o problema, afirmando que “um olhar, uma medida, uma campanha contra o grande mal, nisso ninguém cuida – não há tempo, não há verba...”.

Lobato, enfim, chega ao ponto de maior incômodo ao leitor prefeito ou presidente de câmara: “deste deprecimento progressivo da população resulta o nosso ‘crac’ econômico”. Para que ninguém duvide, esclarece: “as lavouras organizadas, como a do café, entanguem-se no desespero da falta de braços, mal se interrompe a corrente da imigração européia. Braços! braços! Há fome de braços. Uma país de 30 milhões de habitantes não consegue fornecer braços para a lavoura do café”. Os braços estavam aleijados, fora da possibilidade de aproveitamento para o trabalho, “músculos roídos pela infecção parasitária”. Isso tudo iria pesar no bolso do proprietário, o qual, vendo-se em carestia de mão de obra, arcaria com o ônus do imigrante, fosse qual fosse a origem dele. Para que tanto prejuízo se a solução estava às portas? Mais barata e mais eficaz? “A solução definitiva do problema eterno da lavoura quem a dará é a higiene”, afinal, “suprimindo a ancilostomose, ela restituirá à faina fecunda dos campos vinte milhões de aleijados; destruindo o barbeiro, ela evitará que os três milhões de idiotas e papudos de hoje não sejam seis milhões amanhã”.

A relação entre desenvolvimento moral e progresso material até então pontuada pelos artigos é tema central em “Reflexos morais” (23.3.1918). Como frase inicial, a síntese do texto: “No corpo são a mente é sã”. De início, cita enunciados característicos do fatalismo nacional: “não há salvação – estamos condenados ao deprecimento – apodrecemos antes de amadurecer – o caráter está em crise – governar é roubar, e fazem eles muito bem – tolo é quem não aproveita – honestidade é sinônima de ingenuidade – se vamos à garra mais um dia menos dia, viva o presente!”. Os ditos populares poderiam assim ser enfeixados, segundo Lobato: “falimos como povo, como país, como raça – e falimos moral, intelectual e fisicamente”.

“Esta convicção inoculada na maioria dos espíritos, proclamada pela imprensa, e confirmada pela preamar crescente das nossas lazeiras política, cria como atitude filosófica, o ceticismo completo; como norma prática de conduta, o oportunismo deslavado.” Como explicar tamanha decadência de uma nação? Seria doença, não outra coisa, dado que valores positivos seriam resultantes lógicas da “boa circulação do sangue, das glândulas em normalidade de funcionamento, dos pulmões sadios bem oxigenados pelo ar puro”. O arrivismo, eleito como atitude nacional, estaria se mostrando nas atitudes dos pais, perdidos a respeito da educação de seus filhos. Educar com valores morais para sofrerem as privações de uma sociedade sem nenhum respeito por elas ou educar para se darem bem mesmo condenando a própria dignidade? “Como é assim a maioria dos pais, impresados nas pontas do dilema, desistem de educar moralmente a prole: lá se avenham com a vida, aprendam à custa própria, reajam ou adaptem-se, conforme os espicace o temperamento. É o lavar de mãos de Pilatos.”

O resultado social era a não resistência a toda espécie de abuso de poder pela força política. “Os seus detentores, incoactos por injunções morais internas, não se vêem coagidos externamente por nenhuma sombra de resistência, e ousam tudo”, o Brasil seria a terra onde “um parafuso qualquer da máquina governativa, prefeito de Câmara ou ministro de Estado, tem o direito de ‘ousar tudo’ escudado pela mais completa irresponsabilidade”. Se na Alemanha qualquer cidadão obteria sentença contra o governo, na realidade nacional não haveria tribunal que ousasse julgar contra um porteiro de repartição que tivesse pelas costas o apoio de um ministro: “a política virou um privilégio restrito com feroz exclusivismo à custa dos audaciosos, amorais”.

A comparação com a vida parasita é inevitável. Sem forças de reagir, porque doente, o povo é sugado pelo “mata-pau” governista. Infelizmente, “não é imoral o mata-pau quando se encosta por uma árvore acima, constriñe-lhe o tronco nos cingulos, atrofia-a e mata-a. Imoral é a árvore assaltada que não defende o seu direito à vida”. Para se defender, haveria de ter forças; fecha-se pois o ciclo da doença no âmbito biológico e social. O país doente pelas moléstias endêmicas também assim era pelas moléstias políticas. Lobato ataca de frente

os parasitas visíveis: “a maioria dos nossos paredros não seriam coisa nenhuma se lhes não emprestasse força a aliança com o ancilóstomo e o barbeiro. A ação das anofelinas é o pedestal de muito sumo pontífice republicano; sem elas ai deles e da sua Republica!”. É por isso que havia políticos se opondo à ideia do saneamento, concluía o autor.

Tal como um animal doente em que toda sorte de parasitas aproveita a oportunidade para se alimentar com fartura, assim seria a população brasileira. Porém, uma vez curada, iria se despojar desses parasitas, erguendo-se para não ser mais subjugada. O apelo final liga as pontas da argumentação, saúde e economia:

Quereis remendar um país assim? Restaurar-lhe as finanças? Dar-lhe independência econômica? Implantar a justiça? Intensificar a produção? Criar o civismo? Restabelecer a vida moral? Restaurai a saúde do povo. Curai-o, e todos os bens virão ao seu tempo pela natural reação do organismo vitalizado.

O parasita político, pois, é justamente o representante do poder local, entidade a ser eliminada mediante a constituição do estado nacional forte, gerenciador do desenvolvimento geral do país. O coronel era figura emblemática da ignorância e do atraso, encarnação simbólica de um regime político ainda não derrotado integralmente.

Em “Doze milhões de impaludados” (21.3.1918) clama-se mais uma vez por verba para o saneamento, “dote-se o laboratório com metade das verbas gastas em subvenção de jornais, e Butantã salvará o país inteiro da infecção palustre”. “Diagnóstico” (22.3.1918), próximo artigo da série, afirma que em todos os povos as populações rurais são exemplos de saúde das nacionalidades. “São a força, são o futuro, são a garantia biológica dos grupos étnicos. Pela capacidade de trabalho eles mantêm elevado o nível da produção econômica; pela saúde física, eles mantêm em alta o índice biológico da raça.” Para o Brasil, o camponês comum não representaria nem uma coisa nem outra – “entre nós é possível pedir à roça o sangue revitalizador? Não o elemento rural é pior que o urbano. As nossas cidades se vêem forçadas a importar sangue de fora, se querem escapar ao marasmo duma senectude extemporânea”.

A analogia com a planta parasitada é estendida à relação entre países em “Primeiro passo” (5.4.1918). Os estrangeiros desprezariam o Brasil, enquanto o governo brasileiro faria as mais diversas benesses para investimentos pífios vindos de fora, mas que resultavam em grandes somas retiradas do povo. “Vá que seja assim. A lei da vida é a vitória do mais apto, do mais esperto, do mais bem apetrechado pelo deus de asas nos pés e nas unhas – mas que seja assim com resistência da nossa parte, de má cara. Exigir que o vencido sorria, é demais.” Apela-se para a dignidade do leitor. Lobato insiste na questão da soberania nacional ao final do artigo: “não há problema nacional que se não embrinque nesse. Só um aumento crescente no índice da saúde coletiva trará a solução do problema econômico, do problema imigratório, do problema financeiro, do problema militar e do problema político”.

Negar-se a sanear o país seria condená-lo ao “papel de adubo inerte onde a flora alienígena afunda as raízes ávidas, para viçar e florir em coroas de nobreza rastacuera. Não fazer isto é morrer na lenta asfixia da absorção estrangeira”.

O que vinha se anunciando até então com argumentos oscilando entre profundas indagações humanitárias e críticas às desprezíveis posturas políticas anuncia-se cabalmente em artigo encimado pela epígrafe: “O saneamento”. “Déficit econômico, função do déficit da saúde” (7.4.1918) recupera ideias dos textos anteriores, porém, sem se ater a qualquer moléstia especificamente ou a sugestões de profilaxia, antes tem como objetivo deixar a olhos vistos a relação entre pobreza e doença. Segundo o autor, em 30 de dezembro do ano anterior, Cincinato Braga apresentara ao governo um projeto sobre fomento de produção precedido de estudo da situação econômica. No documento, via-se a pobreza imensa do país oficialmente enaltecido: “como país produtor, descaídos para o raquitismo; como país devedor, de cabeça baixa, assentados nos degraus humildes onde os perdulários em ‘pane’ pedincham ‘fundings’”. Apresenta dados comparativos com outros países da América Latina, demonstrando o quanto a produção nacional era pequena, insignificante no comércio internacional. Encerrando a apresentação resumida do trabalho de Braga, Lobato lança ao leitor pergunta cuja resposta já havia dado em todos os artigos anteriores:

“Onde reside a verdadeira causa desta caquexia?”. Resposta: “Na doença do povo”.

As afirmações se sucedem de modo a não dar margem a qualquer oposição: “O ‘déficit’ financeiro é reflexo do ‘déficit’ econômico. O ‘déficit’ econômico é reflexo do ‘déficit’ da saúde. Sem restaurar a saúde do povo não há solução para os seus efeitos mediatos e imediatos”. A população rural, orgulho de outros países como afirmara anteriormente, estava doente e improdutiva. “A população rural, esteio que é da riqueza pública, força primária da indústria extrativa, fonte de onde tudo promana, quanto mais doentia se tornar menos eficiente na produção de riqueza será”. Reconhece, pois, a precária situação do Jeca ‘sarcopte’: “opilada, impaludada, tracomatosa, embarbeirada, roída de inteligentísimos vermes por dentro e sugada no exterior por ineptos coronéis prepostos como manoplas estranguladoras no gasnete da vítima pelo bacharel político, tristonha por tabela, que folga e ri nas capitais”.

Reforça o problema da produtividade, afirmando que o brasileiro produzia seis vezes menos que o argentino. A mensuração também abarca a Bolívia e o Paraguai. O Brasil só ganharia desse por pequena margem. Repete: “O problema da riqueza pública só terá solução favorável quando solvido o da saúde do povo”. O próximo artigo da série, “Um fato” (12.4.1918), traz exemplo do que se afirmara até ali. Às margens do Paraíba, um grupo de frades dominicanos agricultores fizera em proporções pequenas o que o governo deveria fazer pelo país todo: como precisavam de mão de obra, alimentaram e trataram da população local, de forma que “das carcaças opiladas onde morrinhava a ‘indolência’ do pobre Jeca Tatu, saiu, pelo equilíbrio alimentar, um homem resistente, pela cura das mazelas, um homem ativo, pela noção de relativo conforto, um homem constante que ‘parava’ na fazenda e criava amor à faina agrícola”. Para o bom observador de dados financeiros, o parágrafo seguinte traz demonstração importante como justificativa para se cuidar da população doente:

Breve, graças à inteligência da solução dada ao problema, pode a Trappa movimentar toda a sua enorme exploração arrozeira, a mais aperfeiçoada que existe no Estado, fazendo funcionar as mais modernas

máquinas de lavar plantas, ceifar, etc. Como resultado econômico surgiu logo uma produção de 15 a 20 mil sacas de arroz, extraídos de uma terra que vivia a monte, por meio de músculos definitivamente condenados pela opinião geral como equivalentes de zero.

“Este exemplo é frisante”. Realmente, como exemplo, o fato narrado apelava para a rotina mais ordinária da civilização brasileira, ou seja, o emprego de mão de obra eficiente para a lavoura improdutiva nas terras tropicais. “Curá-lo é criar riqueza. É estabelecer os verdadeiros alicerces da nossa restauração econômica e da financeira.” Sem reverter para a saúde os milhões de criaturas aposentadas precocemente, sempre faltariam braços para as atividades produtivas. “Sem aumentar a eficiência dos que, apesar de ativos, dão de apenas uma fração do esforço normal das criaturas sadias, sem transfazer em quantidades positivas o que vai por aí de quantidades negativas – peso morto improdutivo, e além disso oneroso para os demais”, nunca o Brasil se arrancaria do atoleiro das dívidas impagáveis. “A nossa gente rural possui ótimas qualidades de resistência, e de adaptação. É boa por índole, meiga e dócil. O pobre caipira é positivamente um homem como o italiano, o português, o espanhol.” Mas era um homem em estado latente, compartilhando junto com sua riqueza de forças, as endemias que não o deixavam ser um trabalhador importante para a nação – “O caipira não “é” assim. ‘Está’ assim”. O apelo econômico vai até o fim do artigo:

Ora, num momento destes, em que a chacina européia destrói aquele excedente de população donde nos vinha uma caudal de braços, é condição de vida para o país atender ao apelo da lavoura fornecendo-lhe em vez dos chins propostos trabalhadores nacionais restaurados nas suas energias pela cura e pela higiene. Um chim fica-nos, segundo o cálculo do Ministro da Agricultura, em dois contos de réis, um chim que lá na China vale 20 piastras a peso. E além disso um chim é um chim.

Com dois contos reduzidos à assistência profilática ou a medicamentos quantos caboclos assolados pela ancilostomíase ou pela maleita não reverterão à atividade? Talvez que da guerra resulte mais este benefício – o aproveitamento do músculo da casa, até agora ao léu, pela facilidade que havia em importá-lo exótico. Aconteceu isso com o carvão nacional. Se

se der o mesmo com o músculo nacional teremos extraído da guerra um benefício de conseqüências incalculáveis. Talvez o maior de todos.

Elegia-se, pois, a eficiência produtiva como índice de “humanidade” para demonstrar ao leitor a urgência de se investir em saneamento. A questão, portanto, não era de altruísmo ou de qualquer outro matiz filosófico mais “humanitário”. Lobato procurava atingir a parte mais sensível da elite econômica, o bolso.

“Início da ação” (12.5.1918) afirma que os governantes brasileiros ainda não haviam compreendido o alcance econômico do saneamento. “Alegam aperturas financeiras e restringem ao mínimo as verbas destinadas à higiene”. Isso retomava a ideia exaustivamente exposta de que as elites locais ignoravam o caminho da prosperidade, ou seja, os benefícios de se investir no saneamento – ou mesmo os benefícios de se aderir às ideias de *O Estado*. Porém, quando reconhecessem o investimento em saúde como dinheiro adiantado que voltaria ao tesouro acrescido de valor – “porque esse dinheiro foi restabelecer a eficiência econômica de milhares de criaturas transformadas pela doença em quantidades negativas”, nenhum serviço receberia mais generosa dotação e nenhum sobre ele teria primazia. Além da questão financeira, apela-se para a política eleitoral: “O povo clama ao ver o seu dinheiro escoar-se em aplicações desonestamente improdutivas, mas baterá palmas vendo-o empregado na obra sobre todas urgente da sua melhoria sanitária e do preparo aos filhos dum ambiente mais limpo de germens consuntores ou letais”.

Mesmo, porém, demonstrando-se por elementos econômicos e políticos a viabilidade do saneamento, é preciso garantir ao povo esse benefício por meio de dispositivos legais. Isso deveria ser garantido pelo Estado, tirando-se todas as decisões do âmbito dos coronéis. “Não pode de maneira nenhuma ficar isso à mercê da veneta dum prefeito coronelóide, ‘cético’ que ‘não crê’ na transmissibilidade de morbus pelo mosquito, que acha uma ‘bobage’ isso de fossas, drenos, aterros, etc.”; desprestígia, ainda, a liderança típica do interior que “alapado nas covas escuras duma chocarreira noite cerebral” reeditaria velhas pilhérias da campanha carioca contra Oswaldo Cruz. O Estado deve-

ria premunir-se de leis que restringissem o direito de se lesar a saúde pública, especialmente quando o coronel tentasse fazer uso das “suas opiniões pessoais”. Pessoalidade, compadrio, corrupção, características próprias da figura do coronel interiorano.

Como exemplo da importância de se efetivar a ação, “Iguape” (15.5.1918), título homônimo da localidade em que já se haviam realizado trabalhos de higienização, logo no início utiliza o panorama econômico como índice da mazela: “O comércio ronco e mesquinho; a indústria tateante e ingênua; a lavoura incapaz de criar riqueza, eternamente adstrita à enxada e ao nomadismo da foice e do fogo”. A explicação para tamanho atraso? “Nada de pedir à retórica, ou à política, ou à etnografia explicações que nada explicam. Mudemos de rumo. Peçamos a opinião da ciência experimental. E a parasitologia no-la dará sinceríssima. Conduzindo-nos ao Posto de Profilaxia de Iguape ela nos fará tremendas revelações.” A ação deveria partir do Estado líder da economia nacional, ainda que também doente: “se as ações consecutivas se não dispartirem do rigor desta, e forem conduzidas com o mesmo espírito de sistematização prática, o saneamento de S. Paulo virá a ser uma realidade. E daqui irradiar-se-á pelo resto do país”.

Em lances rápidos, frases curtas, Lobato tenta convencer mais uma vez o leitor de que a economia será levantada se a população for salva das endemias: “fato mais eloqüente não há. Por ele se evidencia a elevação do tônus vital, com o seu cortejo de reflexos no moral, revigorizante da vontade e desmodorrante das faculdades adormecidas”. A consequência lógica é o retorno ao trabalho produtivo, “curado, de negativo, passará a fator ativo de produção. O país ganhará nele a energia correspondente a de um imigrante entrado”. A pergunta final já respondida em todos os outros textos: “Este cálculo está por fazer: a cura dos três mil verminados de Iguape quanto representará de energia humana restituída ao país?”.

A população curada é país desenvolvido. O progresso material permitira ao povo deixar o lugar de bois de corte ou cordeirinhos de presépio e colocar-se como verdadeira força política. Os abusos dos governantes diminuiriam. O progresso moral seria condição própria de um povo saudável. Um povo moralmente saudável enaltece o tra-

balho, valoriza a ciência, alimenta o patriotismo. Seus filhos, criados sob a proteção do conhecimento científico, continuariam a obra de elevação nacional.

A República dos bacharéis

A ironia é um dos recursos mais comentados pela crítica lobatiana. No conjunto de artigos publicados em *O Estado*, é importante observar que ela se apresenta muitas vezes sobre um mote do qual Lobato não se cansaria tão logo. O bacharelismo brasileiro.

Em “Entre duas crises” (30.10.1913), a tensão do assunto absorve a escrita do texto, não deixando margem para tiradas mais cáusticas ou críticas mais severas. Porém, nos artigos de 1914, Lobato coloca o bacharel no lugar em que sempre o veria, pelo menos desde as datas de suas primeiras cartas a Rangel, ou seja, no lugar da inutilidade de diplomados alheios à realidade brasileira. “Uma velha praga” (12.11.1914) traz uma das contraposições mais marcantes entre a visão de um autor “realista” com os idealistas correntes – para isso, aproxima-o do literato, figura no mesmo nível do bacharel para Lobato. Após toda a descrição de como o caboclo “sarcopte” chega à propriedade e do modo como incendeia as matas, o texto afirma que, mediante as proibições municipais sobre a queimada, aquele se coloca a pensar – “urde traças para a iludir, coçando dest’arte a velha preguiça e a velhaca malignidade”. A malignidade, porém, não é reconhecida pelo poeta da cidade: “Foi neste momento que o viu o poeta”. E o exemplo vem em seguida: “Cisma o caboclo à porta da cabana’. Cisma, de fato, não devaneios líricos, mas jeitos de transgredir a lei com a responsabilidade a salvo. E o consegue”.

“Urupês” (12.11.1914) inicia-se justamente com a questão poética, trazendo nada menos que as visões de dois respeitáveis representantes do ideário nacional, José de Alencar e Marechal Rondon: “o balsâmico, elegante indianismo de Alencar esboroou-se pelo advento iconoclasta dos Rondons que, ao invés de fantasiarem índios dentro dum gabinete, com reminiscências de Chateaubriand na cabeça e a Iracema aberta sobre os joelhos, meteram-se a palmilhar sertões”, e

o método de se fazer isso também não compartilhava do romantismo de Alencar: “de winchester engatilhada, para lhes devassar a ocara e a vida”. A ironia se faz via literatura e filosofia: “por felicidade nossa e de D. Antonio Mariz” Alencar não teria visto os índios verdadeiros, antes sonhado com eles, qual Rousseau: “do contrário lá teríamos o filho de Araré a moquear a linda menina n’um bom braseiro de pau-brasil, em vez de acompanhar em perpétua adoração como o Ariel benfazejo das matas do Paquequer”.

Como consequência da obra alencariana, os demais poetas teriam passado a produzir seus índios nos moldes civilizatórios. “Em sonetos, cantos e novelas, hoje esquecidos, se consumiram tabas inteiras de Aimorés sanhudos com penas de tucanos por fora e virtudes romanas por dentro”. Mas o público se cansou da visão do homem brasileiro adâmico, o que determinou mudança no mercado literário – expressão, aliás, que procura ferir a idealização romântica: “vindo o público a bocejar de farto, já cético pelo dismantelo crescente do ideal, cessou no mercado literário a procura de bugres homéricos, inúbias, tacapes, borés, piagas e Iracemas”. Porém, o ideal do homem nativo voltou à cena com outra roupagem: o caboclo. “O cocar de penas de arara passou a chapéu de palha rebatido à testa; a ocara virou rancho de sapé; o tacape atilou, criou gatilho, deitou ouvido e é hoje a espingarda troxada; o rausissono boré descaiu sordidamente para pio de inambu.” A roupa não escapou à evolução: “a tanga ascendeu à dignidade da camisa aberta ao peito, mas o substrato psíquico permaneceu o mesmo: orgulho indomável, independência, fidalguia, coragem, virilidade heróica, todo o recheio, em suma, dos Peris e Ubirajaras”.

Os responsáveis por destruir a ilusão indianista viriam armados pela ciência, derrubando as caipirinhas cor de jambo e os “peris de calça, camisa e faca à cinta”. O caboclo, “o menino Jesus nacional”, era preservado por quem não conhecia o país a não ser pelas páginas dos jornais. Para alcançar esse consumidor da imagem idealizada das terras nacionais, a ironia poderia vir travestida com cara mais afável, por meio da caricatura. Dois artigos de janeiro de 1915 tratam do tema.

“A caricatura no Brasil – I” (27.1.1915) inicia-se com referência ao conflito europeu. Como abrir um jornal equivaleria a “estripar um

cevado, tal o bafio de sangue escapo dos telegramas, das crônicas, das gravuras e até desse tanque de lavar roupa que é a seção livre”, o autor “convida a passeios por veredas mais afastadas do saladeiro; onde os pés não atolam em poças de sangue nem os olhos repastem na rês humana destroçada a estilhaços de obus”. Começa, então, a contar a história da caricatura, retomando sua gênese entre os gregos. Cita exemplos de representações caricaturais da Antiguidade, recorrendo a expoentes de diferentes lugares, como Alemanha, Flandres, Inglaterra. A partir da invenção da imprensa, dão-se as asas que faltavam à caricatura. “Deu-lh’as um dia, em Strasburgo, certo sujeito emigrado de Mayença, homem esquisitão, muito metido consigo e sempre ocupado em escarvar pauzinhos. Pelas artes de tal mago se viu a caricatura sagrada como a quarta arma de guerra do pensamento humano.” Cita o caso de Gavarni, que havia caricaturado o rei francês Luiz Philippe, sendo por esse levado ao tribunal. Embora repreendido, voltou à prática, pois o povo gostara dos desenhos de pera, formato atribuído ao rosto do monarca.

Lobato continua sua viagem pela história e pela geografia da caricatura. Chega à América do Norte, não poupando da ironia seu país eleito como ideal desenvolvimentista: “Tio Sam, de cartola felpuda bandeada de estrelas, grandes bicos no colarinho, calça apresilhada aos pés, disputa de mãos no bolso com o atarracado John Bull, ou arenga e puxa orelhas a mexicanos de chapeirão”. A ignorância geográfica do poderoso personagem é gritante: “para tio Sam é mexicano tudo quanto vegeta do Panamá à terra do Fogo” – ou tudo seria “México” no modo de tratar toda a América Latina? Isso não importa, pois o assunto do texto não é de coisa séria.

Enfim, Portugal – um pulinho para o Brasil. Acácio, o conselheiro de Eça de Queirós, surge como representação não anunciada do bacharel prolixo. A caricatura, porém, não respeita nem personalidades nem personagens: “O conselheiro era meio Portugal. Arrear-lhe as calças em público foi terremoto de maiores conseqüências que o de Lisboa. Depois da morte de D. João ninguém morreu com maior solenidade”. Na sequência, afirma o artigo: “Mas deixou muitos filhos naturais”.

“A caricatura no Brasil – II” é artigo complementar publicado na edição consecutiva (28.1.1915). A história do Brasil, lamenta-se

o autor, infelizmente não contara com nenhum caricaturista em seu princípio. Narra-se, pois, a descoberta e a vinda do rei português para as terras tropicais. O texto todo é uma caricatura da história nacional. Para retratar a implantação dos poderes administrativos, por exemplo, atribui a figura de caixões de carregamento, enchendo de futilidade e certo tom bonachão a forma de organização do Império em terras coloniais: “A soberania nacional geme numa padiola; vem muito pálida com ares de ética em usos de fígados de bacalhau, açafatas consoladoras ladeiam-na dando-lhe a bebericar água de melissa, para o nervoso. Que a poria assim? Enjôo do mar, talvez...”. E é de modo caricatural que se explica o mau funcionamento de muita coisa no Brasil: “na lufa-lufa do embarque, em Lisboa, muito peça se quebrou ou caiu ao mar ou se esqueceu pelos cantos do palácio. Porcas e parafusos sobretudo donde ao armar o Estado de novo ficar-se ele bambo, frouxo de mancais e perro”. Dentre as coisas abaladas, “vinha a urna eleitoral; remenderam-n’a como puderam mas nunca houve funcionar a contento; a peça perdida devia ser alguma mola real. Dois frasquinhos de homeopatia ninguém descobriu onde paravam; continham noção do dever e responsabilidade, em grânulos”.

A crítica se torna mais ácida quando se constata que, com tantos motivos para se rir, o brasileiro não conseguia achar motivo para isso. Principalmente, afirma Lobato, depois que a pátria se tornara francesa. “Nós é porque somos o povo mais sorno do continente e o que menos ri, e o que quando por necessidade higiênica de arejar o fígado prescreve-nos o médico umas sacudidelas intestinais por meio da gargalhada, vamos buscar em França ‘Pericholes’ quando em casa temô-las rabelaisianas”. O artigo não se preocupa com a caricatura apenas dos nobres, volta-se ao povo, também merecedor de bom desenhista: “os rapazes recém-saídos do alfaiate só tem olhos para o vinco das calças; em vez de elegantes saem-no bezerros bem enfarpelados, mas com visíveis sintomas de tênia”. As moças, por sua vez, “entreexaminam-se de esguelha; lembram terneiras de raça recobertas de gaze e sedas, mal aclimadas e corroídas do mesmo mal dos rapazes. Circulam, bocejam, e se vão, nos antes reluzentes, como sonâmbulas”. Sentencia o texto em termos científicos: “O mal do país é

esse, a bezerrice. Se algum químico decompuser o ar que se respira nos salões talvez encontre metido entre o oxigênio e o azoto algumas moléculas desse novo gás ambiente”. Sem piedade para com seus colegas de escrita, Lobato afirma serem os poetas nacionais cegos pela busca de temas completamente distantes da terra em que vivem, na qual os assuntos dignos de comédia seriam abundantes: “Os nossos poetas são um chorar lágrimas como punhos sobre tais e tais ilusões perdidas – no fundo dos quais todo o mundo percebeu um amanuensado que falhou, quando não, a tábua da menina enfermiça dos fígados em cujos olhos de vitelinha clorótica se afogou o coração do tolo”.

Não mais em tom caricatural, mas mostrando ao leitor a necessidade de se valorizar os mitos nacionais, em “Como se formam lendas” (16.2.1915) Lobato volta aos poetas chorões sem estilo: “Não há palerma por mais canhestro em exalar as comichões do seu coração arranhado num cinema pelas olhadelas escorridas duns dezessete anos de saia que lhe não chimpe em carta rosa três metáforas, em duas das quais pelo menos, fulgura a estilha, dessorada pelo uso, de um helemismo”. Afastados da pujança grega, e sem característica nacional, os poetas pátrios levavam anedota condizente com o tipo de escrita que produziam – tais como erros de transcrição alteraram o sentido de histórias antigas, a utilização vulgarizada do lendário grego iria criando novas imagens sem vigor artístico.

Bacharelismo e arte deparam em “A propósito de Wash Rodrigues” (8.1.1916), no qual, antes de abordar questões estéticas do pintor, Lobato demonstra a seus leitores meandros da máquina administrativa que, em vez de contribuir efetivamente para a cultura nacional, dedica-se às práticas politiquieras. Fomentar a nacionalidade por meio da formação de artistas é obrigação do Estado, no entanto, esse operaria às avessas: “não obstante esta intuição de bom senso o Estado opera às avessas. É que atrás da impessoalidade do Estado está sempre escondido um homenzinho”. Esse “homenzinho” é a representação dos interesses políticos acima dos legítimos interesses da nação. “Entre nós os homenzinhos que dentro do touro de bronze oco do Estado entendem das coisas d’arte, fogem à concepção mundial do artista prefigurada acima.” Apesar da óbvia constatação de que o modelo de pensionato brasileiro

no exterior era fracassado, o “homenzinho” não aceitava sugestões – “vá a gente dizer estas coisas aos homenzinhos alapados no bojo do Estado e detentores das manivelas da subvenção!”. Mostram seu desprezo pelos não entendidos no assunto: “sorriem de puro dó, os alhos”.

A classe abastada vira alvo do escritor. Nas casas em que entram quadros comprados nas exposições, são hegemônicas as reproduções francesas. Quando muito, imagens estigmatizadas do homem nacional, qual seja, o caboclo:

Para desencargo de consciência uma ou outra telazinha nacional, as mais das vezes um caipira picando fumo. Porque a pintura indígena inda não transpôs o caipira picando fumo. Des’que Almeida Júnior, o precursor, o artista educado lá que melhor reagiu contra a corrente, rasgou picadas novas com o seu picador de fumo, não houve espreme-bisnagas que se não julgasse obrigado a pagar esse tributo de captação ao caipira. A modos que, lá pelo ano 3.000, a arqueologia restauradora da nossa época, por meio de telas coevas, chegará a uma única conclusão: naquela metade de século, no Brasil, o caipira picava fumo. Só, e nada mais.

A arte como remédio ao bacharelismo nacional. Popularizar o teatro, usar o cinema para divulgar ciência, não são somente saídas para dinamizar a economia. São também estratégias para a sobrevivência de uma arte saudável, liberta dos valores franceses e europeus em geral. Texto bem posterior, “O teatro brasileiro” (14.10.1922) elucida bem isso. É importante notar, aliás, que no segundo artigo de 1915 sobre a caricatura, Lobato expõe a ideia de que somente o povo é que legitima um estilo ou um gênero. Usando a imagem do mata-pau, afirma que a planta parasita é uma mentira enquanto seus filamentos não alcançam o solo. Quando ocorre o contato, porém, engrossa os cipós, ganha força, e estrangula a planta hospedeira. “Isto não é retórica, é verdade e serve de símile à neo-caricatura indígena que, abandonando a esfera restrita das camadas que entrajam casimiras, vai meter raízes no suculento estercor que é o povo, único alfobre capaz de vitalizar a arte.”

Abordando a questão do problema de sustentação do teatro nacional, num artigo de 1922, ano das apresentações da “Semana de Arte

Moderna” no Teatro Municipal de São Paulo, Lobato demonstra novamente a concepção de que os moldes franceses, identificados com o das camadas sociais mais elevadas no Brasil, não frutificavam entre a população. “No teatro, o grande estímulo criador sempre foi o apoio público. Este apoio faltou às tentativas oficiais. Os espectadores nada viram no movimento que os interessasse.”

Teatro por sessões: a ideia tinha dado certo no Brasil. Inspirada no cinema, era muito mais interessante ao grande público – “Era uma idéia. Divertia – e não massava. Além disso – argumento sério, barato!”. O teatro moderno seria proveniente dessa demanda, não das concepções clássicas de uma arte para eleitos. “Forçou-o a ser breve, incisivo e barato. A ser moderno, a ser democrático. Não mais privilégio dos ricos, como o teatro de outrora – que subsiste hoje sustentado apenas pelos ricos – mas de todo o mundo. Quinze, vinte mil réis a cadeira? Não. Três apenas, e até dois.” Economia de tempo também era vantagem, pois “o outro, o dos ricos, exige o emprego de toda a noite; o recém-criado pede menos, hora e meia se tanto, tal qual o cinema”. Afinal, só os ricos poderiam esbanjar o seu tempo, “o remediado tem que ir cedo, no outro dia, para o serviço. É-lhe, pois, vedado, em absoluto, o teatro à antiga”. Como aferir lucro de peças demoradas, agradáveis – se tanto – a um público raro, que não alimentaria muitas apresentações? O teatro conciso permitia isso, sem perder a qualidade. Comprovação da aceitação do público eram as bilheterias cheias. “Comédias finas, ricas de emoção, libertas de pimenta e do sal grosso, viram-se aplaudidas com entusiasmo.”

Contribuindo para o sucesso estavam as cenas com prosódia brasileira: “Essa disparidade se agrava na classe média, que frequenta os teatros e lhes dá vida, porque nelas é menor o hábito da leitura do lídimo português, menor que é a sua cultura literária”. A Companhia Abigail Maia tivera sucesso com o novo formato, agradando à classe que pagava dignamente as apresentações, porque mais numerosa, porque menos afeita aos moldes franceses. Sob a direção elogiosa de Oduvaldo Viana, tinha-se, enfim, teatro brasileiro: “seus atores, todos nacionais, falando a nossa língua, prosodiando à nossa moda; o apuro das montagens, o capricho dos cenários, o amor inteligente com que

são tratados os papéis; a ausência de chulice, de ‘charge’ forçada”. Encerrando o texto, uma tirada irônica: “Vai cessar, finalmente, esse horrível estado de coisas que durou até há bem pouco tempo: um país que ia ao teatro mas não entendia patavina das peças... a não ser que levasse consigo intérpretes juramentados”.

O entusiasmo por um mercado mais democrático para a arte, porém, aparecera anos antes, em 1915, no segundo artigo sobre a caricatura no Brasil. Apesar do tom cômico do texto, Lobato insere comentários sérios a respeito do fazer arte – fosse ela qual fosse – no território nacional. É com muita simpatia que “A caricatura no Brasil – II” (28.1.1915) relata a estratégia de Calixto e Raul para se manterem em publicação nas folhas: “o meio porque conseguiram algumas delas obter públicos é curioso. Fugiram de procurar apoio nas classes cultas; desceram às plebéias, estudaram-lhe os gostos, as predileções, o alcance mental, a capacidade de percepção satírica”, tal como “industriais alemães” ofertaram o produto a contento do freguês. “Os desenhos típicos se resumiam em grupos de políticos evidentes lardeados dum diálogo muito lisonjeiro ao paladar da patuléia”. A invenção dera resultados, colocando de “supedâneo às revistas os níqueis disponíveis no bolsinho de todo o guarda-freio da Central, chefe de linha, escavador, carroceiro, motorista ou porteiro que se ligava a algum paredro pelo fio do voto, e todos andam ligados”.

Expandem os negócios expandindo-se geograficamente – “outro recurso não menos hábil foi cultivarem as amizades de todas as bandas de música que zabumbam os ares do país, de Mato Grosso do Sul, de todas as irmandades do S. Sacramento, todas as corporações e demais grupos associados em torno dum ideal ou um peru”. Conquistar o apoio de diferentes grupos era abrir diversas possibilidades de publicidade e venda, ainda que tivessem de usar a fotografia como meio de “eternizarem-se em efígie”: “com se multiplicarem tais grupos em tais revistas, pela reprodução fotogravada, a meia imortalidade conferida pelo azotato de prata se integrava em imortalidade inteiriça, tão sólida como a da Brasileira de Letras – e a folha apanhava um bandão de assinantes”. Num país de núcleos urbanos tão distantes, era engenhosa a estratégia de cultivar amigos até os confins do Acre,

“à custa de lhes publicar a tromba sublinhando-a dum elogio”, tinha algo de gênio, admitia o autor:

“Vinde a mim “garçons” de hotel de Pilão Arcado a Bebedouro, estafetas, caixeirinhos, irmãos de S. Benedito, guarda-chaves, motorneiros, todos que soletrais, do Icó a Ôbidos, de Encruzilhada a Salesópolis, colhendo os primeiros frutos da escola pública republicana; ajudai-me a viver, que vos divertirei imensamente”.

Reflete o escritor: “as camadas altas andam gafadas de francesismo; assinam a ‘Ilustração’ e riem pelo ‘Fantasio’. Nada há que esperar deles”. Calixto e Raul apelaram ao grande público: “Protegei-me que te darei histórias do Chantecler, retratos de Antonio Silvino e ‘clichês’ (ó sórdida palavra!) de todos os grandes crimes que alegram este Rio de Janeiro”. Mais uma vez surge a metáfora biológica para explicar o sucesso dos caricaturistas, afirmando que “todas as belas florações são, assim, oriundas de uma semente fincada num monte de esterco. O aproveitamento industrial de todas as vaidadezinhas ingênuas e provincianas do país inteiro criou – é prodigioso! – revista ilustrada de ampla divulgação”. Para isso, haveria concessões inevitáveis, porém, “não se lhes condenem o uso sistemático do catão, insulsez, da ausência de arte e bom gosto; foram meios de criar indiretamente a atmosfera propícia ao desabrochar do desenho humorístico de boa liga”. Afirma o texto que “a chalaça acachaçada” é mãe do chiste. Caricaturistas renomados só podiam surgir pelo ambiente criado pelo povo, “são flores definitivamente aclimadas que viçarão com esplendor neste solo”.

Percebe-se, portanto, que ser contra o bacharelismo significa ser a favor da ciência e da vitalidade da cultura nacional. A consciência de mercado em Lobato juntava-se à preocupação de criar uma civilização digna moral e economicamente. Por acreditar na livre iniciativa e no mercado como fatores de desenvolvimento, olha para o povo como força propulsora do trabalho, seja como mão de obra, seja como criadora e consumidora de novos produtos. Aconselha diretamente o agricultor, em “A conquista do nitrogênio” (15.1.1916), que esse não se deixe enganar por qualquer orientação do setor agrícola do governo.

Para ilustrar a ineficácia da administração pública para a agricultura, faz paródia de publicação voltada para a produção da “cultura da abóbora” – “ara-se a terra com um arado de disco número tal, destorroa-se com o destorroador tal, gradeia-se com a grade tal; depois aduba-se com tantas toneladas de fosfato de cal, tantas de potassa e mais uns quilos de ouro em pó”. Concluindo o cortejo de ironias, o resultado de seguir o governo: “entrega-se a fazenda aos credores e vai-se cavar um empreguinho de inspetor sanitário”. Afirma ainda que “é uma beleza ‘fazer agricultura’ em papel almaço, na calma duma repartição pública”, com ordenado garantido e transcrição de manuais franceses. “Felizmente o país é analfabeto e há o ganchinho...” Ganchinho do banheiro, onde os papéis do ministério seriam mais úteis. Ironia nada sutil. Encerrando o ano de 1916, no último parágrafo de “O aproveitamento integral da laranja” (13.12.1916), escreve:

Além do que, isso de sendas novas é um perigo. Não já como man-quejar pela estrada mestra, de todos batida: café para a lavoura, fábrica de fósforos para a indústria, empreguinho público para o resto. Não obstante as idéias tem o poder fecundante do pólen; como ele voam nas asas do vento, e num ou noutra raro estame rico de iniciativa hão de cair e hão de germinar. Esperemos na costumeira atitude budista, que algum colono italiano ou alemão seja esse estame precioso donde nos venha a realização industrial do que cientificamente Pedro Baptista de Andrade já realizou.

Sua descrença no homem público, bacharelesco, é total. Por isso, na série de artigos de 1918, iria voltar-se rispidamente contra os representantes das classes governistas, muitos deles sem “raízes” ligadas ao solo do “mata-pau”. “A ação de Oswaldo Cruz” (18.3.1918), não só apresenta ao leitor a importância da ciência no combate às endemias presentes no Brasil, mas também busca atingir ideias ilusórias sobre a nação, o que considera prejudicial aos próprios brasileiros. Primeiro, a convicção de ser o povo mais inteligente e sensato do mundo; segundo, a certeza da riqueza como atributo quase “natural”; terceiro, a invencibilidade histórica, colocando-o ao lado do Japão nesse quesito. “Em

prosa, palestra, conferências, ‘meetings’, poliantéias, artigos de fundo, revistas de agricultura, livros escolares, hinos da Guarda Nacional e no Sr. Afonso Celso, estes dogmas, lardeados de comovidas ufanias pelas demais maravilhas da nossa terra, impam solenes”, certos de que o mundo invejava a sorte de ser Brasil. “Cardumes de poetas menores – desses para os quais em sua República Platão (ó divino Platão!) legislava: ‘Coroai-os de rosas, e expulsai-os em seguida’ – por sua vez puseram, em verso, a grande ilusão, de modo a perpetuá-la pela mnemônica da rima e do metro na cabeça fraca do povo”. O mesmo povo que deveria ser o solo fértil da arte, porém, adoentado, é ingênuo, decorando a sério “o agradável estribilho da riqueza sem par, da inteligência primacial e da invencibilidade parelha da nipônica; e, conseqüente com o ensinado, assumiu uma atitude lógica: papo ao ar em sorridente sonolência”.

No segundo artigo, “20 milhões de opilados” (19.3.1918), retoma a imagem de “Urupês” (23.12.1914) com o romantismo forçado na ideologia nacional sobre o indígena e o caboclo – “esses heróicos sertanejos, fortes e generosos, evolução literária dos índios plutárquicos de Alencar; essa caipirinha arisca, faces cor de jambo, pés lépidos de veada, carne dura de pêssego: licenças poéticas do estro bucólico de poetas jamais saídos das cidades grandes”. A verdade dos campos é outra: “O que nos campos se vê deambulando pelas estradas com ar abobado, é um lamentável náufrago da fisiologia a que chamamos homem por escassez de sinonímia. Feíssimo, torto, amarelo, cansado, exangue, faminto, fatalista, geófago, é um viveiro ambulante do verme destruidor”. Mas, na capital, os representantes políticos eram hegemonicamente da estirpe dos poetas descritos, “os paredros do litoral, luminares da política, os sumos pontífices da intelectualidade, zaranzas em fisgar soluções puramente formalísticas”. Com ironia, descreve as soluções das grandes cabeças do litoral: “Uns, para extinguir os males que decorrem desta lepra do duodeno... querem a revisão constitucional. Basta mudar uns pronomes, puxar para cá uma vírgula do artigo sexto, botar mais dois anos no período do presidente, e ‘voe ancilóstomo!’”. Outro reivindica o sufrágio com direito de voto estendido às opiladas; “este convence às massas de que, vestindo farda

obrigatória, o doente Brasil sara. Aquele proclama como panacéia, das boas, o parlamentarismo. E o país continua na faina sem fim de ciclar o todo-poderoso verme!...”.

A indignação com as autoridades afundadas em literatura na capital aparece também em “Três milhões de papudos e idiotas” (20.3.1918) – “os literatos das capitais bizantinizam em ‘estilo torturado’ sobre a colocação dos pronomes e outras maravilhas; poetas a granel gastam boas doses de fósforo na metrificação de umas mágoas de mentira, e de uns amorezinhos de esquina”. Artistas brasileiros, “de olho ferrado na França, auscultam o pulsar do coração latino para fisgar de primeira mão a corrente em via de substituir o parnasianismo; políticos armam e desarmam casos, requerem ‘hábeas-corpus’, eructando com riqueza de RR roçagantes a grande palavra República”. Ao final do texto, quer a substituição integral do bacharel pelo cientista: “por instinto de conservação é força que o bacharel – ‘triatoma bacaalaureatus’ – entregue o cetro da governança ao higienista para que este, aliado ao engenheiro, consertem a máquina brasílica desengonçada pela ignorância enciclopédica do rubi”.

Ignorância enciclopédica: não apenas por ser uma grande ignorância, mas por se prender somente aos livros, obras desconectadas de qualquer relação com o interior das regiões brasileiras. No mesmo artigo, apela novamente ao leitor para que o bacharel fosse exterminado da administração pública, considerando que “a República dos Estados Unidos do Brasil é um gigantesco hospital dirigido por bacharéis”; “e conclui-se ainda que é tempo dos sofistas de profissão cederem o passo aos médicos higienistas”. Afinal, “o bacharel no Brasil faliu”. Para comprovar isso, sai do âmbito da saúde, passeando por outras secretarias igualmente falidas pelo rubi – “dominando sem peias na política e na administração, não conseguiram eles organizar sequer a justiça”. Algo inconcebível, pois “vivem a lamuriar de juízes, tribunais e leis, da Justiça em suma, uma coisa criada por eles, que funciona por intermédio deles, para uso, gozo e proveito deles – e no entanto positivamente falida”. No entanto, “Manguinhos, nos seus poucos anos de existência, mal dotado pelos bacharéis da governança com verbinhas choradas, resmungadas, ratinhadas às gordas maroteiras, com meia

dúzia de estudiosos lá dentro animados pelo espírito criador de Oswaldo Cruz”, a oposição torna-se gritante, “Manguinhos já fez mais pelo Brasil do que um século inteiro de bacharelise onipotente”.

No texto “Doze milhões de impaludados” (21.3.1918) volta-se à analogia histórica com Bizâncio. “É doloroso dizê-lo: as coisas estão assim, e ninguém, fora do círculo restrito dos discípulos de Oswaldo, põe tento na gravidade da situação.” Governo e literatos mantêm uma postura comum quanto ao caso, “a parte culta da sociedade, folga e ri”. Segundo o escritor, a situação recordava Bizâncio porque “lá também era assim. Maomé II desfraldava o pavilhão da meia-lua nos muros da cidade, enquanto os bizantinos disputavam gravemente sobre a consubstância do Verbo ou a Luz Incriada do Tabor”. O Brasil estaria plagiando o Baixo Império na agonia. Reformas eleitorais, conselhos ufanistas, homenagens a personalidades, as respostas para as enfermidades assoladoras eram nenhuma. “A leishmaniose ulcera horripilante a cara de milheiros de irmãos miseráveis? Nós colocamos pronomes”; “a lepra campeia avassaladora, encarçando as carnes e putrefazendo em vida centenares de indivíduos? Nós cantamos ‘rag-times’ patrióticos”. Seguindo com as perguntas e respostas, a ironia se torna mais pesada: “Legiões de criancinhas morrem como bichos, de fome e de verminoses? Nós abrimos subscrições para restaurar bibliotecas belgas”; “a mulher dos campos mumifica-se de miséria aos vinte anos? As damas da cidade five-ó-cloctizam em francês nos Trianons e nas Cavés, mostrando uma às outras fotos de pelados que elas amadrinham”. Fotos dos pelados que amadrinham, indício do assistencialismo improdutivo que não tirava o Jeca da precariedade geral, ironia que ainda conta com um neologismo ao gosto dos modernistas: “five-ó-cloktizam”.

“Fauna mentirosa de apologistas”, a metáfora sequer permite a ironia no sinônimo atribuído aos bacharéis em “Diagnóstico” (22.3.1918). No “Primeiro passo” (5.4.1918) a ironia lobatiana atinge a escola, local onde a “mentira pia” começaria. Não era a escola nos moldes do Liceu administrado por Severo, era uma instituição inferior, despreparada para ensinar a pensar. A ingenuidade do público iria assim sendo alimentada desde criança, acreditando o povo que estaria no melhor

dos países. Por isso, o primeiro passo era ver-se doente, para tomar providências, “examinar os problemas vitais com olho médico e não com a ponta da língua bacharelesca”. Fotografar-se é o que fazem os luminares do litoral, segundo “Déficit econômico, função do déficit da saúde” (7.4.1918): “Os higienistas clamam com desespero. Surge um livro como o de Belisário Pena. Correm arrepios de horror em todas as consciências. Os nossos estadistas enfarpelam-se, sacodem o pigarro fora e... fotografam-se de novo”. A conclusão do artigo não despreza a ironia como recurso para a fotografia da alta sociedade da nação brasileira – “Nessa toada em menos de duzentos anos estará o Brasil libertado de uma das suas endemias, podendo, então, cuidar das outras com igual largueza de vistas. Entrementes, fotografemo-nos”. O texto encerra sua argumentação insistindo nas lentes da publicidade característica da época, apontando como vantagem que “nossos netos e bisnetos, aos quais legamos tantos ônus, possuam bons documentos do aspecto somático do ‘homo sapiens’ em florescência e frutificação na atualidade”. Sem tal registro, “como poderiam eles mais tarde deduzir dos atos praticados que seus avós pertencessem ao gênero culminante na escala dos vertebrados?”; “o ‘animus photographandi’ é uma precaução sugerida pelo instinto do pudor”.

No artigo “Início da ação” (12.5.1918), Lobato dá o diagnóstico dos bacharéis, os quais, em vez de argumentarem nos jornais, faziam ataques de cunho pessoal. “Incidem no quadro clínico da beladona. Entram em sua composição três partes de Acácio em alcoolatura do Mr. Homais, de Flaubert. Poção evidentemente inócua. Não obstante, quem inventasse o pó da Pérsia que eles reclamam prestaria um bom serviço à gente séria”. Como bacharel formado que era, quer combater a doença intelectual de sua própria classe social. Busca catequizar seus leitores com a ciência, levando ao surgimento de homens cujos valores morais seriam concomitantes ao desenvolvimento social, material e cultural. Seria, pois, a cultura – entendendo-se a ciência como face privilegiada – um remédio contra o bacharelismo. Uma metodologia adequada para incutir nos brasileiros a consciência de sua brasilidade. O bacharel equivaleria ao afrancesamento do povo, à mentira oficial dos cartões postais do litoral. Por isso, conhecer a si mesmo, fosse por

meio de um inquérito sobre o saci, fosse por meio da regeneração das artes plásticas, contaminadas pelas influências do exterior, era ponto fundamental de um projeto de Brasil.

“A revolução do ensino” (18.11.1920) traz ao leitor uma explicação necessária para que ele compreenda a urgência de uma reforma no sistema educacional brasileiro. Causa primordial do problema, a importação do modelo europeu fracassara. “A máquina emperrou de vez, burocratizou-se, teve sempre pela cúspide, a governá-la espíritos vacilantes mas atentos às fórmulas que à essência das coisas. O papel gatafunhou-se às resmas, o verbalismo imperou”. O escritor não despreza dados financeiros para comprovar suas teses: “para manter esta máquina ineficiente e grotesca, S. Paulo despendia vinte e tantos mil contos anuais, chegando, ao cabo de trinta anos, ao mirífico resultado que a estatística denunciou: analfabetos de 7 anos, 91%; de 8 anos, 82%; de 9 anos, 71%; de 10 anos, 72%...”. Conclusão: “Não há de boa fé, dois juízos possíveis a cerca do aparelho de instrução paulista: não presta, não rende, não funciona, não resolve o problema. Não é simplesmente mau, é péssimo. Mais que péssimo: indecente”.

O entusiasmo do articulista não poderia ser maior com a proposta de uma reforma “pé no chão” para a educação paulista: “examinou-se o terreno, levantou-se o mapa do território inimigo, sabe-se onde estão os núcleos de ignorância a atacar, vai-se derramar por todos eles o ‘quantum’ de instrução o permitem as condições de um tesouro recém-saqueado por um cardume de piranhas”. Elogia os dirigentes da reforma, “inimigos da politicagem e atentos unicamente ao bem público”. Enfim, “o acaso desta vez foi generoso para com São Paulo. Varreu a camarilha dos fátuos embandeirados em arco e pôs no lugar a coisa rara por excelência entre nós: honestidade, seriedade, competência e valor pessoal. O valor reflectivo, luz de lua, faliu de vez”. Se havia um projeto de Brasil, ele se fundamentava no conhecimento, na ciência, na valorização do fato em detrimento à divagação bacharelesca. Uma reforma tão importante era executada por figura política conhecida no círculo de *O Estado*, Washington Luís, então presidente do Estado de São Paulo (1920-1924). Ainda que representante político de partidos oficiais, não se pode desprezar a afinidade com o grupo do

periódico. A reforma procedia-se, pois, ao gosto dos intelectuais que vislumbravam em Washington Luís a possibilidade efetiva de São Paulo tomar o facho de luz requisitado para iluminar a nação. O que se daria ao final de 1926.

A revolução do ensino, porém, deveria ser concomitante a outras conquistas. Em termos de arte, não poderia ser diferente.

A crítica ao estilo francês se faz, por exemplo, em “A questão do estilo” (25.1.1917), artigo em que a evolução explicaria a natureza da verdadeira obra da identidade nacional. Essa seria aquela que trouxesse as marcas da brasilidade, retomando padrões estéticos e atualizando-os, sem perder, assim, o vínculo com a própria história. A analogia lobatiana é de cunho biológico e, também, eugênica: “Não contraria a evolução um preto que é moleque aos 10 anos e aos 70 é um negro velho”; porém, “contraria-a, e faz a caveira de Spencer estremecer na cova, um bugre que bugre nasceu, que cresceu bugre, que é bugre aos 20, aos 30, aos 70 anos, que é bugre sob Pedro I e sob Pedro II, que é cada vez mais bugre na República”, pensar que é um legítimo cidadão europeu: “e principiar a moer francês de Madagascar, a fumar ‘cigarettes’, a ler o ‘Figaro’, a tresandar ‘Houbigant’, e a exclamar, quando lhe passa ao pé um bugre autêntico, sincero, com tanga nos rins e cocar na sinagoga: – Sale, tête, vá!”. A ironia do autor corresponde ao ridículo que, segundo ele, seria a situação da arte brasileira, sem cara própria. “Assim deve ser a nossa arquitetura: moderníssima, elegantíssima, como é moderna e elegante a língua do poeta; mas como ela pura do plágio, da cópia servil, do ‘pastiche’ deletério e filha legítima dos seus pais”.

O segundo texto de mesmo título, “A questão do estilo” (11.2.1917), dá continuidade à discussão sobre a caracterização nacional da arquitetura. “Somente nos povos ‘in fieri’ como os sul-americanos é que um exame superficial delata semelhante desvio biológico. Exame superficial, digo, porque se o aprofundamos surge clara a chave do caso”. Todos os povos atravessariam períodos correspondentes na vida humana ao da infância, épocas em que os traços fisionômicos, indefinidos, vagos, denunciam mal a feição futura do adulto, explica Lobato. O simples fato de, pela imprensa, debater-se a questão do estilo já seria indício de intenção de reconhecer a si mesmo. Como se nota nos dois

artigos, os argumentos do escritor giram em torno da tese central de que é possível ter um estilo “brasileiro”. E esse estilo haveria de recuperar traços da arquitetura colonial, dando-lhe roupagem moderna, evolução natural do fazer artístico arquitetônico na América.

É, no entanto, em texto anterior, o último de uma série de três textos sobre o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, intitulado “A criação do estilo”, que se expõe com mais evidência a relação que Lobato enxerga entre a arte, o conhecimento técnico e o enriquecimento cultural do povo. “Não promana dos grandes mestres das artes plásticas a feição estética duma cidade”, antes, os humildes artistas sem nome dariam cara às construções. Do humilde marceneiro ou construtor “sai-lhe inteirinha das mãos a casa popular como ainda a burguesa, e, em grande parte, o palacete rico”. Se assim é, deve-se pensar na educação dos trabalhadores. O Liceu, em sua missão de formar mão de obra, era exemplo profícuo de procedimento eficiente no ensino das mais diversas atividades. “Incultura nos incultos, meia-cultura nos cultos, esnobismo infrene nos ‘entendidos’ e cubice paranóica nos paredros supremos: eis o quadrado dentro do qual a feição estética da cidade evolui”.

Questões estéticas à parte, a visão de Lobato sobre a criação do estilo dialoga diretamente com aspectos econômicos, trabalhistas, educativos. Pela arquitetura, pois, haveria de se educar os olhos da população, pois “estilo não se cria. Nasce por exigência do meio”. Os elogios para a escola dirigida por Severo são registrados ao longo dos vários artigos sobre a instituição e sobre a arte de modo geral – “Está pois nas mãos dum estabelecimento como o Liceu, já perfeitamente radicado, criar o estilo da cidade, criando o artista capaz de estilo”. A meia cultura dos artistas feitos para as grandes casas não dariam face a São Paulo, mas o trabalho da legião de operários-artistas legaria traços genuínos à metrópole. Lobato chama a atenção do leitor para o eldorado de temas virgens que haveria entre os brasileiros. Bem aproveitados, poderiam penetrar “em todas as casas burguesas como portadoras da infinidade de temas nacionais menosprezados”. Tarefa tão grande em termos de formação de mentalidades, somente a cargo de homens capazes de ver nas massas a força modificadora do estado lamentável das coisas brasileiras. “Esta orientação só pode partir do Liceu. Ramos

de Azevedo e Ricardo Severo, são mais que dois nomes, duas forças poderosas no campo da estética. Podem exercer na massa anárquica do nosso meio a influência de Affonso Arinos nas letras”.

A postura permanece em “Exposição Georgina-Lucílio de Albuquerque” (26.2.1919) e em “Um grande artista” (16.11.1921), artigos nos quais o crítico enaltece justamente a habilidade de captar as paisagens, as cenas cotidianas, as ações mais representativas do povo brasileiro cujas telas, analisadas quanto à cor, ao desenho, ao foco, à luminosidade, são exemplos do empenho em fugir ao “francesismo”. Para alguém tão envolvido com tal projeto de nacionalidade, ficaria a impossibilidade de compreender movimentos estéticos afastados de preocupações locais, geradas no seio das polêmicas de interesse exclusivamente brasileiro. Compreende-se, enfim, a ironia de Lobato em “Oswaldo Teixeira” (18.5.1923), último artigo sobre arte publicado em *O Estado* antes de sua viagem como adido comercial aos Estados Unidos:

Mas... detenhamo-nos. Ninguém quer saber disto, e, com honrosíssimas exceções, a pintura por aqui só tem uma função: produzir retângulos coloridos e bem assinados, que encham os claros das paredes. Quantos amadores adquirirão uma tela movidos por injunções do senso estético? Quantos procurarão na tela uma fonte de sugestões mentais e sentimentais, música de formas e cores, com que devanear em certos instantes da vida?

Há-os assim, ninguém o nega. A maioria, porém, só vê na pintura um meio elegante e caro – “chic”! – de tapar os grandes e pequeninos claros das paredes.

Nada de queixas. Podia ser pior...

Embora usando como argumento de seus artigos fatos referenciados pela imprensa e os discursos científicos correntes, Lobato tinha na historicidade do tema tratado uma forma de convencer o leitor da legitimidade de seu ponto de vista. Ainda que em um texto como “Entre duas crises” (30.10.1913) a história fique no âmbito dos meses anteriores, nos quais as crises afluíam e repercutiam na vida nacional e paulista, nos demais textos os fatos, sejam de um passado distante, sejam de um passado recente, contribuem para compor um quadro de evolução natural da questão em voga.

Quando trata da caricatura, Lobato enumera obras, cita autores e exemplifica situações. É fácil deduzir o escritor como leitor profícuo, bom sintetizador do que lê, uma vez que as informações são de caráter enciclopédico, característica de estudos monográficos. É possível ver um enciclopedismo em Lobato inerente ao desejo de informar o leitor mostrando-lhe como o que defende tem fundamentos na história e, também, como essa se faz com outras ideias de outros pensadores. No primeiro artigo sobre a caricatura no Brasil, traz dos gregos até a modernidade cenas do fazer caricatural: “depois de Pégaso, Júpiter. Um discípulo de Apeles o encafuou em tela humorística de grossa voga: ‘Jove desentranhando-se de Baco’. De mitra na cabeça o deus esquece a serenidade olímpica e berra como relíssima ilota da Lacônia”.

Lobato, porém, não parece estar preocupado em dar apenas verniz cultural ao texto ou oferecer assunto pitoresco ao leitor. Entre a literatura e o jornalismo, aparece a narrativa como traço caracterizador de seu estilo. Contar uma história, tenha ela veracidade ou não, é uma forma cativante de se aproximar de quem abriu as páginas do jornal e poderia rapidamente cansar-se de textos mais “secos”. Sem dúvida, a narrativa dá outro ritmo ao artigo, aumenta o trágico, intensifica o cômico, trabalha produtivamente com a ironia. “A caricatura no Brasil – I” (27.1.1915) apresenta o episódio já comentado sobre o rei francês Luiz Philippe. O caso é narrado de forma que o cômico do relato seja ressaltado. A absolvição do caricaturista, levado ao tribunal por abusar da silhueta do rei, é assim descrita por Lobato: “Se ria Temis, salvo estava Phillipon e condenado ‘Philip-poire’. Não obstante, para consolo do rei, arrumaram com uma penazinha pelas costas do caricaturista. Foi pior”.

A história se estende pelo artigo, as ações narrativas têm ritmo e a trama empolga o leitor – “O público babou em risos”. Mesmo quando não está narrando uma história, o anedótico não abandona o artigo lobatiano. Para construir sua irônica apresentação, o escritor atribui qualidades aos povos, dando cor às descrições: “não há outro riso possível num povo que cultiva o orgulho como os velhos holandeses tulipas, possui a Índia, morre de fome sob as pontes, e sabe extrair da Bíblia um supedâneo moral a cada apetite”, um resumo do inglês nato.

Aproxima-se da crônica também “A caricatura no Brasil – II” (28.1.1915). A narração toma a história oficial como mote, e a paródia vai ganhando espaço para as reflexões finais sobre o benefício fisiológico do riso. O escritor não conseguiu apenas descrever a montagem do Estado português em terras tropicais, acabou remontando a história da vinda da corte portuguesa para o Brasil. O literato vindo socorrer o jornalista aparece nos diálogos intercalados em meio às considerações e exemplificações da matéria. No artigo, a voz do rei bonachão, fugido de Portugal por imposição da situação conflituosa com Bonaparte, aparece três vezes:

Um fidalgo cruza por ele de cigarro à boca; a majestade ofendida argue acrimoniosa.

– Sr. barão, onde pára a etiqueta? O de avoengos toma o lembrete muito ao pé da letra.

– Saberá V. M. que ainda está a bordo, engradada, e segue saltitante.

O rei enxuga o suor e suspira.

Ao quebrar certa esquina recebe o primeiro presente, das mãos de Elias Lopes: uma quinta. Desanuvia-se-lhe o rosto.

– Já tenho onde dormir, ora graças!

– E o trono? onde se meterá a tipóia?

Há vacilações, mas o rei acode logo mastigando um naco de vitela.

– Aqui mesmo, ali ao pé do guarda-comida.

Mas nem só de diálogos cômicos se fazem os artigos de Lobato. Em “Urupês” (23.12.1914), o escritor dá voz ao Jeca, sem alterar a gramática do caboclo. Quer o “sarcopte” *in natura* para o leitor da cidade: “Perguntem a Jeca quem é o presidente da República”, ao que responde o interlocutor de cócoras – “– O homem que manda em nós todos?”, “– Pois de certo que há de ser o imperador”. O outro insiste: “– Havendo uma guerra vai você defender o país?”, e Jeca é sincero na resposta: “– Guerra? Tesconjuro! Meu pai viveu afundado no mato para mais de cinco anos por causa da guerra grande. Eu para escapar de ‘reclutamento’ sou capaz de cortar o dedo como o meu tio

Pedro”. A tragédia social da população enferma é tragicamente exposta no diálogo registrado em “Diagnóstico” (22.3.1918):

- Quantos filhos tem, nhá?
- Duas famílias.
- E quantos perdeu?
- Só quinze.

Uma questão literária toma boa parte do texto “Como se formam lendas” (16.2.1915), pois, ao discutir o tema anunciado no título, o escritor obriga-se a tratar do ideário brasileiro com seus mitos. Para melhor compreensão do tema, não bastaria citar conferências de Affonso Arinos. Lobato dá vida para a demonstração etnológica, trazendo para o jornal a luz da civilização grega, de onde saíram as belezas do Olimpo, bem como as trevas do povo nórdico, origem de Odin. Para finalizar, é em tom anedótico que conta o erro de tradução da história de Santa Teresa – “vertia um mau latinista a lenda de S. Agueda martirizada conjuntamente com sua serva Undecimilla; fraco em bom senso quanto em latim o copista traduziu em algarismo o nome da serva”, conseqüentemente, “em vez do martírio de Agueda e a virgem Undecimilla resultou para alta multiplicação da barbaridade romana o martírio de onze mil e uma virgens, dum bloco, valendo a serva por onze mil e Agueda por si só”.

Para chocar o leitor com a proposta antropofágica de “A hostefagia” (11.4.1915), o recurso da narrativa é fundamental. Recorre, primeiro, à versão bíblica. Na sequência, faz um exercício imaginativo e interpretativo. Caim fora marcado por Deus ao pecar contra seu irmão; porém, a consciência que persegue Caim é acompanhada da “Glória em derriço d’olhadelas langues ao primeiro vitorioso”. A história dos povos mais uma vez é tomada como argumento com destino à tese, por si só, irônica. Tanto para os homens que conversavam com Deus quanto para aqueles que desconheciam os regulamentos teológicos judaico-cristãos, a conquista e a luta surgiram como fonte de poder. Mas não se trata apenas da pré-história da humanidade – Lobato mostra ao leitor do jornal que os grandes impérios não eram menos

violentos, isso por meio de casos: “A meio caminho de Roma as legiões revoltadas de Galba de ‘bandidos’ já eram ‘beligerantes’ e ao pisar na via Appia, ‘salvadores da pátria’”. Os exemplos são muitos, fazendo da narrativa o principal modo de visualizar o conceito que se deseja mais palpável ao leitor do século XX.

Mesmo num texto de contestação como “O ‘Problema nacional’” (26.5.1915), o tom anedótico, muitas vezes usando a alegoria, não se perde. Ao expor a ideia de Alberto Torres segundo a qual os caminhos econômicos paulistas não seriam os mais apropriados ao país, Lobato insere um sucinto diálogo entre o “Estado” e o escritor de *Problema nacional*: “– Mas se ela enriqueceu-me e continua a fazê-lo! objeta S. Paulo”, “– Não importa, é um crime, secunda o sociólogo fluminense”. Na sequência, faz do diálogo recurso de veracidade para a matéria, afirmando que, “duvidosos do nosso critério pessoal”, expuseram a opinião de Torres “a um fazendeiro vizinho, que nos respondeu”:

– Pode ser que o livro tenha razão; mas eu vou derrubar aquela mata e plantar 30.000 pés de café.

– Não obstante, o sr. reconhece, como ele aqui diz, que o seu ato vem perturbar as condições climatéricas do país; cada árvore destruída é uma pouca de umidade a menos roubada à coletividade. Escassearão os mananciais que as geadas não suprem...

– As geadas? não sabia disso.

– De modo que bem ponderado o sr. comete um crime contra o país.

– Perdão, eu não vou fazer terreiro lá! Não vou destruir, vou substituir as árvores inúteis do capoeirão por árvores produtoras de café, que já enriqueceram meu avô, meu pai e me enriquecerão a mim.

Aquele capoeirão já foi cafezal n’outros tempos. Esteve em descanso durante trinta anos e hoje é só cabetê do legítimo, unha de vaca, jangada e caquera, vestimenta de primeira. Planto ali e largo os 30.000 pés velhos do Varjão. Nestes 40 anos encontrarão lá meus filhos ou netos a terra recomposta como eu hoje encontro esta.

– Mas...

– E além disso eu cuido da minha vida; o governo que cuida do clima. Tinha graça ficar eu adorando o capoeirão porque esse Dr. do livro acha não sei que, não sei que!

Como elemento de crítica, o sarcasmo abala o senso comum. Como elemento de convencimento, as narrativas podem humanizar personagens, dando-lhes ares de herói. Isso ocorre com o químico Bottomley, citado no artigo “A conquista do nitrogênio” (15.1.1916). O texto aproxima o leitor de um pesquisador merecedor de reconhecimento: “para felicidade do mundo, enquanto metade dos sábios escavava a mioleira no encaço de picratos terribilíssimos, no apuro da arte de bem matar, outra metade devassa os arcanos da natureza no afã de aprimorar a arte de bem viver”. No Brasil, personalidade similar era Pedro Baptista de Andrade, citado nos artigos “Os subprodutos do café” (29.11.1916) e “O aproveitamento integral da laranja” (13.12.1916). A respeito do cientista, o primeiro artigo afirma que se tratava de um químico “notabilíssimo, homem de outras eras e de incompreensível feição moral nesta idade áurea do auto-reclamo”. Acrescenta ainda: “Este homem teima em velar com os espessos véus da modéstia o alto valor que lhe dá um labor ininterrompido de 40 anos de laboratório posto a serviço duma inteligência de finíssimos quilates”. Lobato quer envolver o leitor com seu entusiasmo. Para isso, o texto busca captar a atenção de forma que o relato mais insosso, como no caso de pesquisas com café e laranjeiras, tomem proporções hercúleas.

Em “A ação de Oswaldo Cruz” (18.3.1918) Pasteur torna-se personagem de curiosa e breve narração. Para demonstrar a seriedade do biólogo, o autor ilustra o texto com diálogo revelador da integridade pasteuriana: enviada a uma região da França para ajudar no desvendamento de um problema que atacava casulos do bicho-da-seda, Pasteur não se faz de sábio, mas, metodicamente, busca conhecer seu objeto de estudo.

– Que diabo é isto? Perguntou.

– Pois é o casulo que v. vem estudar, retrucou Fabre espantado de tamanha ingenuidade. Pasteur examinou-o por uns instantes e depois disse:

– É interessante! – e chocalhando o casulo ao ouvido num movimento de criança: “Ça sonne!”

Na série sobre o Liceu de Artes e Ofícios, “A criação do estilo – III” (6.1.1917) registra o diálogo de grande personalidade como exemplo da

falta de estilo de São Paulo, com a palavra, Anatole France: “Quando Anatole France andou por cá, mostraram-lhe os nossos monumentos, na certeza de que o homem pelo menos entreabriria a boca. Mas o requintado artista só torceu o nariz”; “– Já vi isso mil vezes”; “– Onde?”, “Em toda a parte, Europa, Tenkim, Port-Said...”. Quando aborda um assunto mais propício à literatura, como em “O saci” (5.2.1917), um caso não poderia ser melhor forma de exemplificar o tema:

O Saci tem horror à água. A propósito narra um depoente no inquérito do “Estadinho” este caso típico. Havia um caboclo morador numa ilha fluvial onde nunca entrara o Saci. As águas circunvolventes defendiam a feliz mansão. Certa vez, porém, o caboclo foi ao “continente” de canoa, como de hábito, e lá se demorou até a noite. De volta notou que a canoa vinha pesadíssima e foi com enormes dificuldades que conseguiu alcançar o abicadouro na margem oposta. Estava a imaginar no estranho caso – um travessio que era canja de dia e virara osso de noite – quando, ao firmar o varejão em terra firme, viu saltar da embarcação um Saci às gargalhadas.

O malvado aproveitara o incidente do travessio a desoras para localizar-se na ilha imune, e desde então nunca mais houve ali sossego para os animais nem paz entre os homens.

Já em “Reflexos morais” (23.3.1918) a conversa do mata-pau com a peroba produz a ironia por meio do trágico. A cena, analogia da relação do povo com o poder político brasileiro, é o encerramento do texto:

- “Mata-pau, não me mates, dizia a peroba ao gameleiro constritor.
- E porque, perobinha amiga, te não hei de matar? Respondeu o facinora vegetal.
- Porque também eu tenho direito à vida, gemeu a suplicante.
- O mata-pau, sujeito lido em Spencer, retrucou sentenciosamente:
- Só tem direito à vida quem não mente às leis naturais, quem se defende, quem luta. Se és inerte, e não esboças gesto de defesa contra mim, porque hei de privar-me de crescer e prosperar à tua custa? Impede-me de estrangular-te, se podes; do contrário resigna-te.”

Mas Lobato também não confia somente no efeito das analogias – é preciso explicitar ao leitor a relação entre uma e outra coisa: “nesta

réplica está a norma de reação do país, contra o ancilóstomo, contra o tripanossomo, contra o protozoário de Laveran, contra o treponema pálido, contra o bacilo de Hansen, contra a leishmania trópica, e contra, sobretudo, o ácaro político”.

Como se vê, as narrativas dão corpo aos argumentos, deixam as teses mais bem demonstradas ao grande público. No artigo de 18.11.1920, “A revolução do ensino”, aponta-se o falseamento das estatísticas escolares como um dos sintomas do fracasso educacional no Estado de São Paulo e no Brasil de modo geral. O caso é narrado dando-se, mais uma vez, vozes aos personagens:

Um dia entrou em casa uma cozinheira nova, mãe de uma rapariguinha de 7 anos que não freqüentava escola, mas que, de vez em quando, saía para a rua de cartilha debaixo do braço.

– Para onde vai ela? Indagamos uma vez.

– Não vê que o inspetor está aí e a Beatriz, quando ele chega, costuma ir “encher” a escola. Ela e uma porção de outras. E ganha seus quinhentos réis de ficar ali sentadinha. Serve. Dá para o cinema...

Conclusão moral: “criava-se dest’arte entre as crianças uma industriazinha nova: fingir de menino de escola, a 500 réis por cabeça, nos dias de inspeção!... E como este fato, quantos!”. Para espanto do leitor, infelizmente, demonstra o escritor, havia um “desacordo entre os algarismos oficiais dos velhos relatórios pirotécnicos e os algarismos honestos do último recenseamento escolar”. Outras vezes, a voz da coletividade aparece como expressão definidora, como no caso de “Oswaldo Teixeira” (18.5.1923), do qual os quadros mereceriam o louvor do público, provocando “no expectador a exclamação que para os ouvidos do artista já soa qual estribilho: – É um quadro de mestre!”.

Tratando-se de obras de arte, em artigo anterior, “A questão do estilo” (11.2.1917), o articulista conduziu o leitor por paisagens diversas ao redor do mundo. Egito, China, Rússia, Holanda, são lugares citados e apontados como portadores de identidade própria em suas respectivas arquiteturas. Conhecer a história, por mais falsificada que se mostrasse ao leitor, é valor caro para quem escreve, uma vez que

demonstrava os fatos por meio da cronologia oficial. O primeiro artigo sobre Rondônia, de título homônimo – “Rondônia – visão do futuro e visão do passado – I” (19.4.1918), relembra a aventura do autor inglês H. G. Wells com seu romance sobre a máquina do tempo. Todo o artigo, do primeiro ao último parágrafo, é uma grande introdução à aventura em que Lobato deseja adentrar o leitor.

Para isso, sintetiza sem nenhum pudor o romance de Wells, dando ao texto recursos narrativos, de forma que, mesmo nunca tendo lido a obra original, o leitor pudesse saber do que tratava o livro referenciado. Leitor que saberia tratar-se de uma grande introdução ao final do texto, momento de revelação: “Mas se era única já não o é. Roquette Pinto revela-nos um feito semelhante. Sem uso da máquina de Wells, cavalgando simples animais de sela, por picadões varados a foice, ele operou igual milagre. À diferença foi ter caminhado às avessas”. A aventura do pesquisador brasileiro viria também em forma de narrativa no segundo texto dedicado ao assunto, “Rondônia – II” (23.4.1918).

Após descrever aspectos geográficos do Mato Grosso, o artigo passa à narrativa do sucesso da expedição de Rondon ao “Reino dos Parecizes”. De um fato histórico, o leitor entra na viagem do marechal acompanhando a dura caminhada e as conquistas passo a passo. Para isso, o escritor emprega períodos curtos, parágrafos pequenos em que cada fato adquire relevância:

Em 1897 partiu Rondon de Diamantino.

À frente um batedor assinalava o rumo, picando as árvores, e comunicando-se com a expedição por meio de toques de corneta.

Atrás, na picada recém-aberta, o comboio de abastecimento fechava a marcha.

No dia 7 de Setembro alcançam o “Reino dos Parecizes”, onde logo se acamararam com os índios.

A 19, na Aldeia Queimada, o cacique Uzakuriri-gaçu presta-se a guiá-los através dos seus domínios.

A 10 de Outubro alcançam os extremos dos território pareci.

“Esta cena, que Roquette pinta ao vivo, é de um relevo maravilhoso”, também no texto estampado no jornal ela não perde as cores.

O encontro da expedição com o homem primitivo, em plena floresta amazônica, torna-se emocionante: “pela sua grandiosa significação comove à distância. O que há de passado dentro de nós modernos estremece. Sentimos uma saudade lítica”. Então, depois de muitas dificuldades, finalmente Rondon avista o nativo sem contaminação alguma pela civilização:

Aproxima-se cauteloso, e espia.
 É um homem nu.
 Traz arco e flecha nas mãos, machado de pedra, e cesta às costas.
 Está farejando mel.
 Descobre uma colméia no oco dum pau.
 Rondon, imóvel, espreita.

O olhar do narrador volta-se todo para o coletor de mel: “o homem nu aproxima-se, examina-a, descobre-lhe a entrada e prepara-se para a extração. Larga em terra as armas e com o machado de cabo curto corta a madeira até que pela abertura possa entrar a sua munheca”. A cena é interrompida pelos barulhos dos foiceiros, espantando o índio silenciosamente observado até ali. Na sequência, para descrever a realização do etnógrafo, em expedição pelo Museu Nacional, usam-se parágrafos maiores, um discurso com a finalidade de apresentar mais rapidamente a conquista contemporânea do estudioso: “dialetos especiais, ignorância da rede, objeto caseiro comum nas vizinhanças, cerâmica das mais rudimentares, nenhum conhecimento dos animais domésticos e da navegação, doenças próprias desconhecidas em outras paragens, arte ornamental plumária apenas em início”. Finalmente, o escritor faz considerações etnológicas a respeito dos ramos de ascendência e descendência indígena, encerrando com breve comentário sobre o estilo da obra *Rondônia*.

A comparação do homem do presente com o do passado também ocorre em “Iguape” (15.5.1918). Porém, o questionamento é deprimente para o homem moderno, inferior aos antepassados – a verminose, pois, explicaria “como e o porquê dos Fernão Dias Paes Leme de outrora, terríveis varões enfiados de aço, ressurtiu uma

geração avelhantada, anemiada, feia e incapaz”, sendo a mesma raça, “a raça dos bandeirantes é a mesma de Jeca Tatu”. Os fatos, contudo, podem ser otimistas. Uma história de sucesso também poderia elevar o ânimo dos leitores a respeito dos benefícios do saneamento, como se lê em “Um fato” (12.4.1918), artigo em que se relata a transformação ocorrida à beira do Paraíba, no Tremembé. Primeiro, conta-se a vida difícil e miserável dos habitantes da trapa, depois, como a região ficou com a vinda dos frades: “mas vieram os frades. Instalados ali procuraram logo solver a premente questão do braço. Sem ter campo de escolha, resolveram pegar no homem que havia, a título de experiência”. “Antes” e “depois” colocados à frente do leitor para que este possa compreender do que se tratava a transformação propiciada pela cura das doenças locais.

Enfim, o escritor usa a versão oficial da história para compor uma versão bem mais ao gosto do leitor médio, o mesmo que é constantemente chamado a ter lições de biologia e economia sobre seu país. Os recursos empregados na linguagem visam, portanto, alcançar aqueles que poderiam formar a opinião pública. A narração não é apenas resquício do literato no jornal, é recurso valioso de aproximação e persuasão, bem como outros expedientes como o uso de expressões mais populares, coloquiais, e analogias, algumas das quais escatológicas.

“Entre duas crises” (30.10.1913), os elementos da derrocada financeira são apresentados de modo alegórico, enfatizando a atmosfera lúgubre para a economia nacional: “Um vulto esquelético de megera assoma. Cresce rapidamente para os condenados, aureolada de uma nuvem de corvos famélicos em revôo crocitante”. O barulho é o sinal da decadência, “é a Falência. Entram em cena o advogado, o juiz, o perito, o meirinho, o escrivão, o síndico, o liquidador – toda uma fauna cadavérica, em suma”. Ao se referir ao caboclo em “Uma velha praga” (12.11.1914), usa-se também sinônimo para “sarcopte”: “E enquanto a mata arde, o parasita regala-se”.

No primeiro artigo sobre a caricatura no Brasil (27.1.1915), o texto é objetivo quando se trata de nomear as coisas como elas são: “Ocupava o trono ainda quente de Napoleão, apesar das nádegas do Carlos que o esfolou, um rei eclético sobre cuja coroa o parlamento enterrara

uma cartola de feltro”. A violência dos termos poderia exprimir o que a caricatura significava para os portugueses, despojados da sisudez e colocados em ridículo: “o que houve de ídolos esmoncados, tradições deslombadas, velhas idéias estouradas a formicida, escarpelamentos, sarjaduras no vivo, cãs verabilíssimas tosquiadas a escovinha!”. Para o Conselheiro Acácio, o artigo não economiza “más digestões de vitela”, nem “chorumes da Carta Constitucional”, um rebaixamento adequado para denegrir a seriedade do colonizador europeu.

Na descrição do Estado português transplantado ao Brasil, “A caricatura no Brasil – II” (28.1.1915), compara o Instituto Histórico a nobres cadáveres seculares, “a traquitana de Elias Lopes conduz a passo uma múmia velha e relha, semi-morta ou a dormir: Instituto Histórico pela certa, aquele sono...”. Os problemas fisiológicos do rei não poderiam ficar ausentes do relato: “vem abatido, a suar em bicas, com as mãos gordanchudas procurando compor as amolgaduras da coroa; traz na testa o vinco azedo das más digestões”. Suor, azias e podridão vão compondo a caracterização da máquina pública durante a instalação das peças da Coroa. “O desembarque do Estado prosseguiu até noite alta; suas entra-nhas se entremostraram muito cruas pelo cais, seus cenários de papelão, os sarrafos dos bastidores, as bacias e vassouras, as caçarolas e caldeirões onde se cosem os angus políticos, o fisco” – este, metamorfoseado em animal – “canzarrão de dentuça arreganhada e de muito maus fígados, conduzido no açaimo dos meirinhos”. O rei com sua fome constante e a rainha com assombros: “o rei trava relações com o tutu de feijão preto com torresmo, e gosta; já a rainha saparanta-se, assustada, diante da travessa de bananas de S. Thomé assadas ao forno”. O brasileiro, pois, seria o fruto de um francesismo de fachada para um interior lusitano faminto – “pelos cassinos, diante de cançonelistas francesas de ‘tutu’ na cintura e duas rodela de zarcão na cara, semelhantes a caquis, o brasileiro come-lhes as pernas com os olhos e careteia nas frascarices mais acentuadas sem entendê-las”.

Mesmo nos domínios da literatura, em “Como se formam lendas” (16.2.1915), a força da expressão sanguinária indica a terrível atmosfera de surgimento do lendário germânico. “Os homens louros, senhores da terra eram espadaúdos gigantes melados. As mães criavam-nos ao

relento, nus, para enrijá-los desde tenros pela ação das ásperas invernias congeladoras dos rios”. Odin era a representação do transcendental para esse homem – “em vez de néctar bebia sangue humano; não desceria à terra disfarçado em touro para raptar Europa, mas para comê-la crua com maxilas de tigre”. Se para a arte reservava imagens desse tipo, com o intuito de sensibilizar o público para problemas nacionais, não pouparia as cenas mais tétricas.

“A ação de Oswaldo Cruz” (18.3.1918) traz o mundo supra-sensível “onde a micro-sociedade de invisíveis anõezinhos belicosos em guerra permanente faz do nosso corpo um eterno campo de batalha”, os anõezinhos nada afáveis: “transformam a pobre criatura humana, de homens sãos, em loucos, luáticos, tuberculosos, lázaros, leishmânicos, tísicos, papudos, paralíticos, afásicos, tracomatosos, cretinos, coléricos, etc.,” uma coleção de doenças que “as mata nas agonias horrendas do tétano ou lhes faz da vida um calvário longo de misérias, conforme vence esta ou aquela facção, o espiroqueta ou o bacilo de Hansen, uma leishmania ou gonococcus, o tripanossoma cruzi ou a vírgula do cólera”.

Em tom coloquial, o autor expõe o ciclo da ancilostomose em “20 milhões de opilados” (19.3.1918), buscando fazer com que o leitor se revoltasse com a folga do bicho que destrói as populações rurais e urbanas: “em viagem de Júlio Verne pelo corpo humano, caminham guiados por maravilhoso instinto, até localizarem-se no duodeno em cuja mucosa se aposentam comodamente, ferrando nela a ventosa armada de grifos”, por fim, “ali passam a regalada vida, sorvendo o sangue do paciente”; em troca, “uma toxina de terríveis efeitos”. No mesmo texto, o ser humano é chamado de “estúpida criatura” e o verme de “horrendo” e “destruidor”; a população sul-americana é caracterizada como um povo de “cretinóides encachaçados, a lamuriar dor na boca do estômago e cansaço”.

Em “Três milhões de papudos e idiotas” (20.3.1918), no primeiro parágrafo o escritor transcreve cena registrada por Belisário Penna no sertão brasileiro: “certa vez apanhou em flagrante delito de sucção, sobre o corpo de uma pobre criança de quatro anos, 16 ninfas taludas como baratas descascadas, e oito barbeiros adultos, além de cinco que,

fartos, já se aprestavam pesadamente para voltar ao esconderijo”. Os insetos são chamados de “vampiros” que atacavam em conjunto com o “asqueroso bicho”, o tripanossoma cruzi. A descrição das pesquisas de Arthur Neiva não poderia ser mais chocante a um público leitor urbano, cujo ideário afrancesado, julgava Lobato, estaria longe da realidade sertaneja: “em regiões de bom clima, terra fértil e boas águas, a expedição Neiva acampou em cidadezinhas onde não foi possível obter uma informação segura, relativa ao itinerário, porque não existia um só indivíduo que fosse mais ou menos idiota!”. A cena é dantesca: “nessas pocilgas humanas, faltas de tudo, desde os elementos básicos da alimentação até as mais comezinhas noções de higiene, a vida é puramente vegetativa, sem beleza, sem dignidade, sem risos – um soturno e eterno gemido de dor escondido pelo rictus apavorante dos idiotas”. “Primeiro passo” (5.4.1918) ataca o bacharelismo via escatologia: “a mioleira ressentida dos males intestinais fraqueja e exuda idéias ridículas como esta”, qual seja, pensar apenas em abrir oportunidades para o estrangeiro instalar fábricas cujos dividendos eram irrisórios ao país.

É importante observar, enfim, que os expedientes narrativos usados pelo escritor combinam-se com imagens apelativas, as quais se não chamam a atenção pelo que dizem, certamente incomodam pela forma como dizem. A valorização da ciência, o registro sempre negativo dos bacharéis, o ataque à ineficiência e incompetência do Estado são elementos constitutivos de uma forma de ensinar pelas folhas dos diários. Para compreender esse aspecto, nem é preciso analisar artigos em que a intenção didática aparece de forma explícita, como na série sobre as endemias nacionais. Textos de crítica sobre pintura podem exemplificar isso.

Artigos, artigos à mão cheia

A “Exposição Georgina-Lucílio de Albuquerque” (25.2.1919) inicia-se com comentário a respeito do fato incomum de se tratar de um casal de artistas, pintores. Apresentados ao público, o elogio é mútuo:

“as duas maneiras, os dois estilos, apesar de parentes próximos, não se confundem. Mais emoção em Georgina, mais intenção em Lucílio – em ambos a mesma segurança e mestria”. A partir daí, mesmo o leitor que não tivesse ido à exposição tem a oportunidade de saber quais eram os quadros e por que eram valorizados.

A primeira tela abordada é “Catequese”, um tema da predileção de Lucílio, segundo o escritor. Um jesuíta de mãos postas está rodeado de coroinhas indígenas e vai em direção aos selvagens que espiam ao fundo. A interpretação dos olhares, a combinação das cores e as significações de modo geral são elementos analisados no artigo. Por meio do mesmo procedimento pode-se conhecer “Jardim florido”, de Georgina, ou “A pose”, também da pintora. Ao final, fica na folha a mensagem objetiva de um crítico de arte em defesa da cultura nacional: “nenhum laivo de cubismo ou cabotinismo impressionista. Vêm sãmente, sentem e pintam honestamente”.

Em “Um grande artista” (16.11.1921), antes de apresentar Cesáreo Bernaldo Quirós, argentino em visita ao Brasil, o escritor educa os olhos do leitor pela história da pintura. “A pintura espanhola após o apogeu atingido com os Velásquez, os Murillos, os Zurbaran, os Goya, declinou. Surgiu na ‘via-láctea’ a ‘saco de carvão’ e ela perdeu a força, a grandiosa potência de execução, a agudíssima percepção emotiva da natureza”, como consequência, “caindo no gênero histórico que ‘arma’ cenas frias de museu, e no academicismo que obtém todas as honras oficiais mas não logra sobrevivência”. Comenta-se, então, a reação contra o academicismo por parte de Zuloaga – a referência ao artista serve para introduzir conceitualmente pontos sobre a arte da pintura: “a arte evolui numa intermitência de fases criadoras e fases de repouso acadêmico em que a imitação, a coação de livre vôo, a emasculação da personalidade criam o merecimento”, para fechar o raciocínio, uma analogia ao sabor dos fisiologistas: “imita nisto o estômago dos dromedários, ruminando, remoendo, remascando o bolo alimentício dos antigos”.

O ressurgimento da grande arte estaria sempre a cargo de “gênios rebeldes que abandonam as ‘receitas de bem pintar’ e fazem nova consulta à natureza”. Se no caso de Lucílio e Georgina a análise percorreu várias telas, isso também se dá com Quirós. Porém, para tratar

do pintor que estaria recuperando a tradição espanhola, Lobato vai pontuando conceitos aos leitores leigos no assunto: “caracteriza-se como pintor a intuição agudíssima do que é a luz. Um criador audacioso de neologismo poderia dizer dele que é um luzista como se diz colorista”. É necessário definir “cor”. “A cor é como a resultante, a materialização, a fixação, a parada da luz – e está ao alcance em todas as suas finuras de quem possui bons olhos. Mas a luz antes de ser cor, a luz no momento do ‘Fiat’ da cor, a luz a criar a cor”. Depois de saber o que é cor e como ela pode ser usada na pintura, pode-se compreender a importância da obra de Quirós. Uma valorização para a qual o autor do artigo prepara seu leitor, ensinando, antes de expor o artista, aspectos do objeto da abordagem.

Desconsideradas as predileções pessoais, os elogios do crítico a Oswaldo Teixeira (18.5.1923) valorizam justamente os elementos que apontara como qualidade nos artistas anteriormente analisados, ou seja, a fidelidade à natureza, a representação de cenas brasileiras, o emprego das cores matizadas pelo ambiente. Ainda que, aqui, não se entre no terreno da crítica das artes plásticas, o conceito de arte do escritor é explicitado constantemente. É o mesmo conceito que defendera nos artigos sobre o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo – a arte como representação da realidade, sendo essa filtrada pelo estilo pessoal. Não é, pois, gratuito seu envolvimento com a caricatura em dois artigos extensos publicados num jornal de prestígio como *O Estado*. Absorver o real, estilizá-lo e revelar as entranhas são ações intelectuais constantes pelo menos nos artigos publicados a partir de 1913 até sua viagem aos Estados Unidos.

O intuito de atingir o leitor de meia cultura, afrancesado e dessoberado pela falta de conhecimento – cultura e ciência – marca seus textos com uma estrutura quase didática. Em dois textos não publicados, em vida, nas obras completas, “Os subprodutos do café” (29.11.1916) e “O aproveitamento integral da laranja” (13.12.1916), o entusiasmo do escritor pelas descobertas científicas só poderiam contaminar o público se viessem seguidas de explicações. E Lobato não economiza fatos e dados para isso.

Como subprodutos, os detritos do café iriam fazer a riqueza de São Paulo se multiplicar. Assim, o artigo é iniciado com quantifica-

ções – “uma safra de dez milhões de sacas representa o acúmulo nos despejadores das máquinas de 40 milhões de arrobas de palha. Desta colossal massa de detritos parte volta aos cafezais como adubo, parte é queimada nas fornalhas e o resto se perde”. A hipótese é levantada: “se um processo químico e ao mesmo tempo industrial permitisse retirar dela uns tantos subprodutos de valor mercantil, São Paulo enriqueceria em dobrado”. A pergunta retórica, quebrando aparentemente o monólogo do autor, surge: “É isso possível? É”.

Não bastaria elogiar o trabalho de Andrade para o enaltecimento da ciência. Era preciso mostrar ao leitor por números a importância da extração química realizada nas dependências do Laboratório Químico do Estado. Além dos valores, também é necessário explicações sobre o uso dos produtos: “a manita, além do emprego que lhe assegura a medicina, como purgativo adequado às crianças e pessoas débeis, é matéria preciosa para a nitratação, pela qual dá um explosivo, a nitromanita, superior em eficiência à dinamite e equiparável ao fulminato de mercúrio”. Se do álcool não precisava escrever muito, por ser substância conhecida de todos, da cafeína era preciso esclarecimento sobre sua utilização comercial: “a cafeína, esta prolonga a vida e tem mercado vasto como o que suprime a vida (entenda-se esta humanidade!). Com o extraímo-la da palha teríamos nas mãos o monopólio dela, em detrimento da Alemanha, que no-la vende, e ao mundo, depois de captá-la ao guano do Peru”. Explicam-se os processos de obtenção dos produtos e emprega-se o superlativo comum dos textos de Lobato: “eis, na sucinta desnudez dos dados positivos, os resultados que o laborioso sábio alcançou. É, como se vê, um rasgar perspectivas novas, amplíssimas, à riqueza cafeeira”.

No artigo sobre a laranja, surge ao leitor do século XXI a impressão de redundância. Para árvore frutífera tão comum como a laranjeira, seria necessário apresentações ao leitor? O articulista pensa que sim, pois estaria abrindo os olhos de seu leitor para a árvore frutífera como fonte de renda, faceta desconhecida da fruta ordinária dos campos brasileiros. “Nenhuma fruta vai melhor com o nosso irregularíssimo fâcies metereológico. De sul a norte, na boa e na má terra, na quente e na fria, – variando, embora, em qualidade, consoante a riqueza do solo

– em todas as zonas ela prospera, e em nenhuma vegeta improdutivo”. Tem ainda mais vantagens: “zomba das secas como zomba da geada. Quatro inimigos mortais – dão-se mãos para esmagá-la – a formiga, a erva de passarinho, a broca e a incúria do homem”.

A enumeração ajuda a organizar a estrutura interna do texto. Assim também é com a pergunta retórica, sempre respondida, nunca deixada como questionamento para “divagação”. Quando cuida da produção de vinho da laranja, o artigo referencia os estudos sobre viticultura de Luiz Barreto, perguntando-se: “por que motivo estando a videira aclimada no país há tanto tempo, e apesar dos estudos completos sobre a viticultura do dr. Luiz Barreto não conseguimos até agora produzir o bom vinho?”. A resposta não tarda nem uma frase a mais: “porque a videira capaz de bom vinho é quase planta de estufa, e daí o resultar dela um vinho caro, de luxo, inacessível ao povo, e que em nada modifica o problema”. Justifica-se ainda a questão econômica pela questão social: “porque o problema é produzir vinho popular, baratíssimo e bom, a fim de por seu influxo arrancarmos o povo das unhas letais da cachaça e fixar melhormente no país o colono oriundo dos países onde o vinho é tão necessário à vida como o pão”. As perspectivas do autor se fazem por meio de frase taxativas, que não permitem questionamento. O presente é determinante certo e direto do futuro, o qual se pode prever pela razão, o que equivale à ciência. “São propriamente a ‘nossa’ uva. No dia em que disso nos compenetrarmos o povo estará liberto da repugnante cachaça e o vinho introduzido definitivamente em nossos hábitos”.

Fosse o petróleo, fosse a laranja, as defesas empreendidas por Lobato traem a racionalidade do texto, porque se mostram apaixonadas. Ainda que as razões para, por exemplo, investir na laranja fossem muitas – quantidade prodigiosa de frutos, resistência da árvore, rusticidade, pouca exigência no cultivo, extensa gama de sabores e perfumes – a facilidade com que as soluções aparecem indicam o intento de entusiasmar o leitor, chamando-o para modificar o mundo de hoje, do agora de Lobato: “torna-se palpável a riqueza que pisamos aos pés sem enxergar”.

O autor não escreve para reflexões complexas, quer que o leitor compreenda o problema e modifique alguma coisa. Como em outros

textos, refere-se diretamente a quem está lendo: “pouse, quem ler, a atenção por um minuto somente, neste asserto, e compreenderá a altíssima importância dos trabalhos do sábio modesto e generoso, que os torna público para o bem comum, ao invés de colher para si, egoisticamente, os proventos do seu labor”. O clamor colocado em público apela para este interlocutor visto como ignorante ou alienado pelas declamações oficiais, pelas modas vindas do além-mar ou por outras vozes jornalísticas não preocupadas com a salvação do Brasil. “São trilhas abertas em todas as direções, são o sésamo de grandes riquezas latentes. Por mal nosso para o brasileiro vale mais escogitar quem será o futuro detentor do Catete do que refletir um minuto sobre estas questões de químicas e laranjas”.

Se no artigo de outubro de 1913, “Entre duas crises”, o autor já explicava ao público elementos do mundo financeiro internacional – “há um ouro cosmopolita e ‘globe-trotter’, moeda flutuante em perene movimento de fluxo e refluxo de um país para outro, conforme um certo coeficiente de segurança, estabilidade e rendimento é atingido ou sobre-excedido” –, nos textos de 1918, cujo caráter se anunciara nas epígrafes referentes ao saneamento, os dados viriam anunciados nos próprios títulos. Um recurso que poderia chamar a atenção do leitor fosse pela quantidade relevante de casos, fosse pelo estranhamento de tal tragédia em território oficialmente tão bem colocado entre as nações.

O discurso de Lobato revela, pois, um enunciador que ensina. A massa é chamada constantemente a suprir de braços o desenvolvimento nacional. Em moldes da economia moderna, o enunciador quer a mão de obra técnica, fruto da ciência e do ensino sistematizado. Não haveria como ser de outro modo; a verdade estava ali, à mão de quem quisesse ver o dito e comprovado nas páginas de *O Estado*. Dali saía um projeto de nação, cuja liderança não poderia advir nem de militares nem de populares. A salvação estava nos pensadores, na força do intelecto. Os papéis sociais, portanto, já estavam atribuídos pelo jornal aos membros da nação brasileira. Era forçoso colocar nos devidos lugares aqueles que estavam preparados para exercer a missão de levar o Brasil para seu lugar de honra diante das nações. Um povo instruído, liderado por governantes ilustrados, compunha a visão do enunciador lobatiano.

Enfim, como se percebeu, a preocupação de Monteiro Lobato com questões por ele consideradas de importância nacional dialogava diretamente com as preocupações de *O Estado de S. Paulo*, mais que figura comercial representativa das várias vozes enfeixadas no periódico matutino, um órgão coeso, um partido sem sigla. O sucesso como escritor, ainda que movido pelo interesse de ter vitrine em grande jornal, não pode se separar do apuro estético que dá aos textos publicados no periódico.